

ATA 230ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2 Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às nove horas, na
3 Plenária da Casa de Direitos Humanos, realizou-se a ducentésima trigésima Plenária
4 Ordinária do CEAS, coordenada pelo Conselheiro Rodrigo Silveira e Souza, representante
5 da Comissão Provisória do CEAS, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros
6 Titulares: Arlete Alves de Almeida /Mov. GRAAL, Cristiane Isabel Felipe /Sacramentinos,
7 Damião Braz (Nome Social - Irajá)/Art. Povos e Org. Indigenas, Deborah
8 Ackerman/SEDESE, Elerson da Silva/Cáritas, Fabricia Ferraz Mateus Lopes /SEAPA,
9 Felipe Serrano Milioreli /CMAS-Campo Belo, Gilberto Donizete Ribeiro /COGEMAS, Isac
10 dos Santos Lopes /Fed.Com. Quilombolas, João Alves Crisóstomo /CMAS-Pirapora
11 Luanda do Carmo Queiroga /Fórum Est. Trab. SUAS, Magda Lúcia Diniz e Silva Rocha
12 /SES, Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas /CMAS-Leopoldina, Rodrigo Silveira e Souza
13 /CRESS, Sandra de Fátima Veloso Costa Azevedo / CMAS Montes Claros, Simone
14 Aparecida Albuquerque /SEDESE e Soyla Rachel dos Santos Pereira /CMAS-Paracatu., os
15 seguintes Conselheiros Suplentes: Ana Cristina de Resene Dias /SEF, Ariadna de
16 Almeida Silva /FASEMIG, Camila Rita da Silva /SEDA, Cecília de Araujo Carvalho /Assoc.
17 Quilomb. Porto Pontal, Gabriela Nair Figueiredo /SEPLAG, Helder Augusto Diniz Silva
18 /CMAS-Pedro Leopoldo, Ivone Pereira Costa Silva/COGEMAS, Márcio Caldeira /ASSPROM,
19 Maria da Conceição Silva /CMAS-Nova Lima, Marleide Marques Castro /Cons. Reg.
20 Psicologia, Marta Maria Castro Vieira da Silva /SEDESE e os membros da Secretaria
21 Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Cláudia Alexandre,
22 Consolação Cifani da Conceição, Fernanda Silva Souza, Leonardo Lobato Martins Costa,
23 Marcia Maria Lopes Dos Santos, Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira,
24 Murilo Tadeu Moreira e Silva, Raquel Trindade de Freitas Freire, Rosalice Tassar de
25 Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. RODRIGO - CRESS: Bem, primeiro eu gostaria de
26 agradecer a oportunidade de estar aqui, mais uma vez nesse dia, estou aqui hoje como
27 representante da comissão provisória, que ficou incumbida de fazer algumas atividades
28 e hoje nós vamos passar um pouco de tudo que aconteceu. A pauta de hoje consta da
29 abertura, justificativa de ausências, informes da comissão provisória, aprovação das atas
30 228 e 229. Ok? Vou passar a palavra para os demais membros da comissão provisória
31 para que falem e se apresentem e que dê as boas-vindas. CRIS-INSTITUTO DOS
32 MISSIONÁRIOS SACRAMENTINOS: Bom dia a todos e todas. A gente enquanto comissão
33 provisória em janeiro, a gente trabalhou, em fevereiro também. Trabalhamos também
34 virtualmente dentro dos grupos, onde a gente fez discussões e tem algumas questões
35 que a gente precisa, enquanto comissão, que hoje se encerra, trabalhar e dar
36 encaminhamentos. Mas bom trabalho a nós todos aí. SIMONE - SEDESE Bom dia a todos
37 a todas. Bom dia, Isac. Tudo bem? Depois você vem aqui dar um beijinho em mim tá?
38 Quero cumprimentar o nosso Presidente Rodrigo, cumprimentar nossa secretária
39 executiva Consolação, todos os conselheiros e conselheiras. É a primeira vez que a
40 gente se vê né neste ano, então feliz ano novo para todos. É muito bom reencontrar
41 com todo mundo, né? Esse ano a gente tem um ano intenso pela frente. RODRIGO-
42 CRESS: Bem, vou pedir muita paciência de vocês, tá. E, até que eu consiga dominar, por
43 mais que a gente esteja aqui todos os dias, quando a gente se pega aqui... esses ritos,
44 esses protocolos, então vamos juntos, vamos construindo, né? As justificativas de
45 ausências: Wilson de Sales Lana justificou, Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues,
46 Silvana Célia de Campos e Elerson da Silva, justificaram ausência. Gostaria de colocar
47 em aprovação as atas 228 e 229, alguma consideração? Sobre as atas? Todos
48 receberam no e-mail né? Ok. Então atas 228 e 229 aprovadas. Os informes: nós,
49 comissão provisória reunimos dois momentos em fevereiro, dia 1º de fevereiro e dia
50 15/02. No dia 1º de fevereiro tivemos uma reunião aqui no CEAS com a presença da
51 Cris, o Gilberto, eu, Simone Albuquerque e outros. A Juanita e Márcio Caldeira. Tá?
52 Estiveram presentes nessa reunião. Nós tratamos então sobre a posse dos
53 representantes da Federação das APAES e da ADEBIF. Abordamos a "n" respostas a "n"
54 nomeações, isso é um resumo tá gente? Que a consolação, gentilmente fez pra gente
55 aqui. É, ficamos de oficiar a SEDESE. Ofício enviado, não... Ofício do CEAS que foi
56 enviado à CASA CIVIL. Encaminhado como foi deliberado em plenária. Encaminhado as

57 correspondências... entidades e solicitando respostas. Foi lido documento elaborado pela
58 secretaria executiva dando subsídios para justificar a legalidade da nomeação dos
59 conselheiros, documento este que todos receberam no e-mail, acredito eu. Ficou
60 decidido nessa reunião, nós tivemos como encaminhamentos: enviar documento
61 mencionado acima para todos os conselheiros, que já foi realizado, responder os ofícios
62 das entidades para providências que já foram tomadas, porque as entidades oficiaram o
63 CEAS solicitando resposta, estão o CEAS respondeu dando respostas e essas entidades,
64 solicitaram audiência junto à CASA CIVIL para a comissão e representantes das duas
65 entidades e solicitaram audiência com o Deputado André Quintão, líder da bancada de
66 governo, solicitar a ajuda dele para resolver essa questão. Na segunda reunião então,
67 nós conseguimos ter a reunião com o André Quintão. Foi uma reunião relativamente
68 rápida e como a gente postou no grupo né, que a gente tem da sociedade civil, todos lá,
69 comungavam com a mesma perspectiva, de que foi uma arbitrariedade e etc, então foi
70 uma reunião muito rápida por isso. O André a todo momento, ficou solidário à questão e
71 de pronto, ficou de articular. Então o que foi conversado lá: explicamos todo o processo
72 de eleição do CEAS, para o André Quintão, informando que a mesa diretora não tomou
73 posse em dezembro, devido a não nomeação dos conselheiros, assim, foi feita a eleição
74 da comissão interina, pra buscar soluções para dessa questão do CEAS. Obrigado
75 Simone. Ressaltado que a Plenária ao decidir pela comissão interina e não pela posse da
76 mesa diretora buscou a defesa da democracia e do direito dos dois representantes das
77 entidades, visto que o processo foi pleito legítimo e não tem em nenhum momento
78 pedidos de recusa contra o processo. Solicitou apoio do Deputado André Quintão junto a
79 Casa Civil, visando a solução dessa situação. Houve questionamento do Deputado se o
80 CEAS entrou com representação na justiça contra essa não nomeação. Os conselheiros
81 explicaram que a opção do CEAS foi pelo diálogo, que encerrando todas as
82 possibilidades, poderiam pensar nessa possibilidade. Foram apresentados ao Deputado
83 encaminhamentos já realizados pelo CEAS, sendo aquela reunião um dos pontos
84 encaminhados. Foi solicitado via ofício uma reunião a Casa Civil e explicações sobre o
85 motivo da não nomeação dos dois conselheiros eleitos. Que não houve resposta, além
86 dos ofícios das duas entidades. O Deputado se comprometeu a ligar para a Casa Civil e
87 conversar com o Secretário Marco Antônio, expost a sua posição que é a favor do CEAS,
88 questionar os motivos legais da não nomeação. Assim que tiver informações retornará
89 ao CEAS e ficou de ligar pra mim como representante da comissão, para que então eu
90 pudesse mobilizar os demais membros da comissão para essa reunião. Também
91 colocou-se à disposição para participar da reunião junto a Casa Civil. Então, essas foram
92 as duas reuniões. Ontem à noite o Deputado André Quintão me ligou dando o retorno,
93 qua a gente havia pedido, dizendo que ligou para a secretária do Marco Antônio,
94 secretária do secretário da Casa Civil, pedindo essa audiência e ela informou que ele
95 estaria em um evento com outras autoridades. Que eles se encontrariam nesse evento e
96 que reuniria com ele lá. Só que por motivo de saúde o Marco Antônio não compareceu
97 neste evento. Desde então o André tem tentado outra audiência com ele e ficou de ligar
98 para a Simone e pra Rosilene pra que também pressionasse... depois eu te passo a
99 palavra Simone, pra você expor a conversa, sobre essa questão. Disse ainda que esta do
100 lado do CEAS para qualquer decisão que a gente tome, hoje, seja judicialização ou
101 qualquer outra, que está do nosso lado e continua tentando essa audiência junto ao
102 Secretário da Casa Civil. Então esses foram basicamente os encaminhamentos e os
103 informes da Comissão. Vou passar pra Simone pra ela poder passar a conversa com o
104 André e se mais alguém da Comissão quiser falar mais alguma coisa... SIMONE -
105 SEDESE: Bem, se o Rodrigo me permite eu gostaria de retomar a nossa primeira
106 reunião. Depois do último plano que nós tivemos, a nossa secretária executiva, de forma
107 bastante cuidadosa, fez uma nota técnica dizendo o que o Rodrigo aqui nos relatou, e
108 que foi enviado para todos os conselheiros, e que talvez fosse importante, né? Em algum
109 momento desse pleno, se você me permite Rodrigo, e se os conselheiros concordarem, é
110 claro, que a gente possa fazer a leitura da nota. E essa nota então, ela foi discutida por
111 nós e claro que essa nota gente, vocês vão ver, ela foi em cima de uma decisão tomada
112 pelo conselho, foi depois do pleno. Na verdade foi uma nota para subsidiar; subsidiar

113 não,explicitar o ponto de vista de uma deliberação que o conselho já tinha tomado. Que
114 era de defender o processo eleitoral realizado por esse conselho. Na verdade a nota vem
115 nesse sentido. E é claro que nós, então, da bancada governamental aqui do Conselho, a
116 partir do momento que o Conselho toma uma decisão, é uma decisão que afeta a todos.
117 E diante disso, eu também falei isso na outra reunião, nós já encaminhamos para a casa
118 civil o posicionamento do conselho. Portanto o posicionamento da SEDESE também. Isso
119 é importante ficar claro aqui. Nós encaminhamos também a carta das duas entidades e o
120 posicionamento Conselho Estadual. E nós fizemos então a reunião da comissão
121 provisória, fizemos esse relato, a comissão decidiu procurar o Deputado André porque
122 ele é líder de governo na bancada, pessoa que é militante da área social. Enfim,
123 acompanha bem de perto as discursões aqui no Conselho Estadual. E, André ligou para o
124 Rodrigo, depois ligou pra nós, pra mim e pra Rosilene, e ele falou a mesma coisa que ele
125 falou com o Rodrigo. Que ele, desde que a gente tinha ido lá, isso tem uma semana né
126 Rodrigo? E que por motivo de agenda ele o Secretário Doutor Marco Antônio tinham
127 combinado de encontrar no evento e que o Doutor Marco teve um problema de saúde
128 que dificultou o encontro. Mas ontem à noite, nós também conversamos com o Doutor
129 Marco Antônio e ele de fato teve um problema de saúde e o que ele pediu que eu
130 dissesse ao conselho é que o assunto está sendo discutido na Casa Civil e o Gabinete do
131 Governador. Então Rodrigo, ele mandou uma mensagem dizendo isso e que eles estão
132 rediscutindo o assunto porque nós re colocamos a discussão então o assunto está sendo
133 rediscutido. Então é isso, acho que a comissão provisória conseguiu, do meu ponto de
134 vista recolocar a pauta e como foi defindo que ele o fizesse. Obrigada. RODRIGO –
135 CRESS: Cris, quer falar alguma coisa? CRIS - SACRAMENTINOS: Bom, a partir do ponto de
136 vista das discussões que foram feitas na primeira reunião da secretária executiva, qual
137 dia mesmo, desculpa? 01/02. Nós tivemos a reunião, a secretaria executiva até
138 apresentou todas as questões que estão pendentes aí, no CEAS, nós todos sabíamos e
139 sabemos que esse ato como ele traz consequências e tem consequências e nós temos
140 uma lista de questões que estão chegando no CEAS e precisam ser pensadas e
141 encaminhadas.Mas, também sabemos que nós estamos fazendo, aguardando uma
142 definição da Casa Civil que é de um processo democrático do controle social,deve ser
143 inclusive uma instância como essa aqui, que tem uma autonomia, nós tivemos todo um
144 processo legítimo, que inclusive a nota técnica deixa muito explícito isso, toda a
145 legitimidade do processo e embasamento do processo, nós sabemos que toda uma série
146 de questões que precisam ser pensadas, inclusive quando a secretaria executiva fez esse
147 papel, e é o correto mesmo de trazer e apresentar na comissão, nós até tomamos a
148 pauta do que foi discutido aqui com relação ao que seria feito essa comissão provisória
149 faria e relembramos aqui o que a comissão faria seria mesmo tratado dos trâmites com
150 a casa civil e convocar essa plenária.Então todas as pautas que foram trazidas pela
151 secretaria executiva, do que acho até interessante a Consolação apresentar todas as
152 demandas estão aí,listadas.Nós entendemos que seriam pautas para hoje.A gente
153 discutiu, são questões que estão pendentes no CEAS, mas essa comissão ela não tem
154 autonomia e não foi deliberada que ela se debruçasse sobre isso, então a gente
155 entendeu que isso seria pauta para ser trazida ao pleno.Issso é uma coisa com relação a
156 primeira reunião.Com relação a segunda reunião, é bem pessoal eu sair com muita
157 esperança de que o caminho que nós tomamos foi um caminho muito acertado, uma vez
158 que a gente vê um líder de governo dizer, olha isso não é uma questão de lado não,não
159 é que sou parte do governo que eu vou concordar com uma atuação dessa que
160 realmente eu acho que não é por aí, até porque vocês nem sabem os motivos, e ele
161 falou muito disso, tinham que ter sido colocado os motivos, e a gente não sabe com
162 relação a isso.Eu falei muito veementemente com ele. A agente está dentro de um
163 estado que tem uma proposta, uma bandeira de um governo popular, e tem uma ação
164 como esta com uma sociedade civil dentro de um Conselho Estadual de Assistência
165 Social. Então ele concorda com isso, deu todo apoio e eu saí com muita esperança e com
166 a certeza de que nós tomamos o caminho correto. Agora eu acho que é importante de
167 fazer uma discussão do que é que nós vamos fazer a partir desse momento, porque só
168 discussão não enche panela. A gente precisa aqui de coisas concretas. Nós estamos aqui

169 como a conselheira eleita que não está em condição de titularidade nesse pleno, com um
170 suplente que não tenho nem que discutir, que tem total competência e que condição
171 para tá assumindo isso, mas que também concorda que é legítimo a posse da
172 conselheira que foi eleita. O outro conselheiro eleito Márcio infelizmente nem presente
173 está, então acho que a gente tem mesmo que fazer uma discussão do agora. O que nós
174 vamos pensar; até eu acho importante a Consolação apresentar todos os pontos aqui
175 dependências que não são poucos, pela lista dela isso cresceu do dia pra noite, mas a
176 gente tem discutir mesmo a respeito disso e também agora, porque eu acho que a gente
177 não pode enfraquecer o movimento que nós estamos fazendo, mas também temos que
178 fazer um movimento muito consciente, conversado e debatido a partir de então. Eu até
179 cheguei e já perguntei pra quem eu vou chamar de Conselheiro enquanto ilegítimo for
180 ela ser conselheira, que é a conselheira Juanita, até perguntei se teve um retorno pra
181 instituição dela, eu acho que era importante também, sabe Juanita, você colocar o que
182 já foi respondido e é isso, enfim. Obrigado. RODRIGO – CRESS: Bem, antes de abrir o
183 pleno, eu acho importante expor as questões, vou passar para a Consolação; eu não sei
184 bem o que a gente faz, se a gente lê primeiro a fundamentação e depois as pendências.
185 Eu acho que a nota técnica primeiro. Lê a nota técnica primeira e depois discute os
186 pontos da pendência. CONSOLAÇÃO: Bom dia, gente. Como foi encaminhado para todo
187 mundo por e-mail eu só vou projetar, tá? Por questões de economia mesmo. É, vou ler
188 aqui: composição do CEAS mandato 2017/2019 processo eleitoral. O funcionamento dos
189 conselhos de assistência social têm sua concepção advinda da Constituição Federal de 88
190 artigo 204 enquanto instrumento e efetivação da Participação Popular no processo de
191 gestão política administrativa-financeira e técnico-operativa com caráter democrático e
192 descentralizado. Os conselhos de assistência social foram criados em 1993 pela Lei
193 Orgânica de Assistência Social que dispõe sobre a natureza, finalidade e competência
194 desses. Soma-se à LOAS a Política Nacional de Assistência, as Normas Operacionais, a
195 NOB SUAS 2012 a NOB RH e Resoluções do Conselho Nacional. Conforme artigo 16 da
196 LOAS as instâncias deliberativas do SUAS de caráter permanente e composição paritária
197 entre governo e sociedade civil são conselho nacional, conselhos estaduais, conselho do
198 distrito federal e os conselhos municipais de assistência social. Como instâncias
199 deliberativas os conselhos de assistência social se constituem em fóruns, autoridades de
200 decisão mediante análise e discussão sobre a política de assistência social. “Com caráter
201 permanente dos conselhos trata-se da não interrupção dos trabalhos dos conselhos
202 tanto no que refere as atividades técnicas-administrativas quanto às atividades de
203 caráter deliberativo e políticos dos conselhos de assistências social. Os Conselhos devem
204 estar em permanente funcionamento para atender as demandas oriundas da população
205 usuária e da rede socioassistencial no que tange tanto a apresentação de propostas de
206 debate quanto para apresentação de denúncias”. Isso é de um documento do Conselho
207 Nacional – orientações Gerais nas adequações de leis de conselhos. Versão atualizada
208 em janeiro de 2016. Nesse mesmo documento: os conselhos devem ter assegurados em
209 sua lei, de criação a paridade, ou seja o mesmo número de conselheiros representantes
210 da sociedade civil e representates governamentais. Essa lógica visa garantir que
211 numericamente o governo e a sociedade civil tenham o mesmo peso. De acordo com a
212 lei, o artigo 17, o mandato do conselho é de dois anos permitida uma recondução, ainda
213 que a composição da sociedade civil do conselho teria três segmentos: representantes
214 de usuários, organizações usuário das entidades e organizações de assistência social e
215 dos trabalhadores do setor escolhido sem fórum próprio sob fiscalização do Ministério
216 Público. Entende-se como fórum próprio uma assembleia instalada especificamente para
217 esse fim. Ainda, esse artigo afirma que os estados e municípios deverão instituir os
218 conselhos mediante lei específica. Na NOB SUAS, no artigo 119 temos: os conselhos de
219 assistência social são instâncias deliberativas colegiadas do SUAS, vinculadas a estrutura
220 do órgão gestor da Assistência Social da União dos Estados do Distrito Federal e dos
221 Municípios, com caráter permanente composição paritária entre governo e sociedade
222 civil, parágrafo primeiro, a união e os estados, grifos nosso, o distrito federal e os
223 municípios deverão instituir os conselhos por meio de edição de lei específica conforme a
224 LOAS, parágrafo segundo, a lei de criação dos conselhos deve garantir a escolha

225 democrática da representação da sociedade civil permitindo uma única recondução por
226 igual período. Parágrafo terceiro, no exercício de suas atribuições, os conselhos
227 normatizam, disciplinam, acompanham, avaliam, fiscalizam a gestão e execução dos
228 serviços, programas, projetos, e benefícios de assistência social prestadas pela rede
229 sócio-assistencial. No estado de Minas, a lei 2262 de 96 dispõe sobre a criação do
230 conselho de assistência social conforme artigo 11, fica criado o conselho estadual de
231 assistência social, órgão superior de deliberação colegiada vinculada SEDESE a
232 composição do CEAS é afirmada no artigo 12. O CEAS é composto de 20 membros
233 nomeados pelo Governador para mandato de dois anos permitida uma recondução por
234 igual período, e tem a seguinte configuração: Aí fala representantes da SEDESE, depois a
235 gente fala da sociedade civil, mas aí no inciso segundo a gente grifa 10 representantes
236 de entidades não governamentais eleitos durante a conferência estadual de assistência
237 social sendo 2 representantes de entidades de usuários de assistência social de âmbito
238 estadual, 4 de entidades de assistência social de âmbito estadual, 2 de entidades
239 representativas de trabalhadores da área de assistência social de âmbito estadual e 2
240 representantes não governamentais de conselhos municipais de assistência social. Ainda
241 nesse artigo, nos parágrafos segundo e terceiro os representantes de secretaria são
242 indicados pelos titulares da pasta, e no parágrafo terceiro os representantes dos
243 conselhos municipais, secretários municipais, usuários das entidades de defesa de
244 direitos, trabalhadores em entidades de assistência social, que ainda fala, não é,
245 prestador de serviço de que trata os incisos desse artigo serão eleitos em foro próprio
246 com registro em ata específica. Vale ressaltar que a eleição dos representantes da
247 sociedade civil para compor o CEAS sempre ocorreu em foro próprio, assembléia
248 específica para tal fim, respeitando os segmentos. A partir de 2011, teve alteração da lei
249 de criação do conselho, a eleição passou a ocorrer na conferência estadual de assistência
250 social com regulamento específico enquanto prevê o artigo 42, parágrafo primeiro, do
251 regimento interno do CEAS aprovado pela resolução 358 de 2011. No ano de 2107 o
252 CEAS convocou a 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, considerando as
253 orientações do conselho nacional de assistência social e convocou a eleição da sociedade
254 civil para compor o conselho. O processo de eleição foi regulamentado pela resolução
255 603 que dispõe sobre o processo eleitoral dos representantes das entidades não
256 governamentais e dos representantes governamentais dos conselhos municipais de
257 assistência social, para compor o conselho estadual de assistência social gestão
258 2017/2019. Para definição de segmentos que o compõe foi considerado as normativas
259 vigentes conforme apresentamos a seguir: representantes de usuários, cidadão sujeito
260 de direitos coletivos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e pessoal
261 que acessa os serviços, programas, projetos e benefícios, transferências de renda no
262 âmbito da política pública de assistência social no SUAS conforme disposto no artigo
263 segundo da resolução 11 do CNAS. Entidades de organização de usuários de assistência,
264 sujeitos coletivos, que expressam diversas formas de organização e participação
265 caracterizados por protagonismo do usuário conforme disposto no artigo terceiro da
266 mesma resolução. Entidades e organizações de assistência social são aquelas sem fins
267 lucrativos conforme disposto no artigo terceiro da lei, e aí a gente numera entidade de
268 atendimento, assessoramento, defesa, direito com seu significado também da lei
269 orgânica, que todos sabem aqui. Entidades e organizações representativas de
270 trabalhadores da área, aquelas que atenderem os critérios dispostos no artigo segundo
271 da resolução 6 do conselho nacional e aí também a gente expõe, não é, que tiveram sua
272 base, em sua base de representação segmento de trabalhadores, defender os direitos
273 dos segmentos, propuserem a defesa dos direitos sociais do cidadão usuário, estiver em
274 formato jurídico e aí vai. Na resolução 603 afirmou-se que o assento no CEAS é da
275 entidade ou órgão eleito no processo eleitoral cujo mandato de dois anos, ainda que a
276 indicação do representante da entidade ou do órgão de sua livre escolha, desde que seja
277 comprovado o vínculo com estes, não podendo ter sido conselheiro do CEAS nos últimos
278 dois mandatos consecutivos, e que a indicação do representante do conselho municipal é
279 direito deliberação do colegiado, não podendo ter sido conselheiro do CEAS nos últimos
280 dois mandatos consecutivos. O mandato é da entidade, mas o exercício é do conselheiro.

281 Subsidia no entendimento expresso no parágrafo anterior o acórdão do TCU né, Tribunal
282 de Contas da União nº 2809 de 2009 que propôs como encaminhamentos, aí eu cito né,
283 literalmente que tá nesse item, determinado CNAS, que altere os normativos que são as
284 resoluções na época 205 né, as resoluções que orientavam os conselhos, a resolução
285 237 que é de orientação de composição e formação de conselhos que é de 2006, que
286 disciplina o processo de escolha dos representantes da sociedade civil, bem como dos
287 conselhos e de modo que a escolha dos representantes das entidades e organizações de
288 assistência social dos trabalhadores do setor recaia diretamente sobre pessoas físicas e
289 não são pessoas jurídicas em observância ao disposto no artigo 17 parágrafo primeiro
290 inciso segundo da lei orgânica de assistência social. Definiu-se na resolução 603 de 2017
291 a questão de âmbito, e que o foro próprio para eleição dos representantes de entidades
292 não governamentais e dos representantes governamentais nos conselhos municipais
293 para compor o conselho estadual de gestão 2017/2019, que foi a 12ª Conferência
294 Estadual de Assistência Social.A coordenação do processo de escolha se deu por
295 conselheiros que não disputariam a eleição, conferindo a isenção necessária à análise
296 dos processos de habilitação dos candidatos a uma vaga ao CEAS. O processo eleição se
297 deu em plenário simultâneos na 12ª Conferência Estadual onde apenas delegados
298 candidatos votaram, considerando o seu respectivo segmento.A votação foi eletrônica, o
299 que propiciou mais agilidade e transparência no processo. O resultado foi apresentado
300 imediatamente após a votação, projetado em telão para conhecimento de todos os
301 presentes e ainda informado na plenária final da conferência.A posse foi marcada
302 coletivamente observando que o vencimento do mandato da gestão 2015 e 2017
303 considerando a orientação do conselho nacional, entre aspas, os conselhos devem se
304 ater ao período de vigência dos mandatos visando garantir que o processo de eleição dos
305 representantes da sociedade civil seja realizado em tempo hábil para que terminando o
306 mandato de uma gestão os representantes para o próximo já estejam com os
307 representantes nomeados para posse, isso também nas orientações gerais do Conselho
308 Nacional.Esperava-se como de praxe, a nomeação de todos os conselheiros eleitos,no
309 entanto dois conselheiros dos 23 eleitos não tiveram seus nomes publicados, ou seja,
310 não foram nomeados. Este fato causou estranheza ao CEAS considerando que o
311 regulamento do processo de escolha foi publicado e não ocorreu nenhum recurso quanto
312 ao seu conteúdo. Ainda, a resolução foi encaminhada Ministério Público convidando a
313 acompanhar o processo que não apresentou nenhuma inconformidade na norma. Enfim,
314 o processo de eleição ocorreu primando pela garantia da escolha democrática da
315 representação da sociedade civil, respeitando-se toda a legislação vigente sobre a
316 matéria. Os dois não nomeados, Maria Juanita e Márcio José Ferreira foram indicados
317 pelas entidades que cumpriram com o disposto na resolução, então estavam habilitados
318 ao processo. As indicações de representação foram feitas antes da conferência todos
319 seus nomes publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, não ocorrendo
320 nenhuma manifestação ou recurso no sentido de impugnar qualquer candidatura. Na
321 conferência, Maria Juanita Godinho Pimenta recebeu 38 votos no universo de 99
322 eleitores sendo eleita a primeira titular na categoria de representante de entidades e
323 organizações de assistência social de âmbito estadual e Márcio José Ferreira obteve 26
324 votos do universo de 121 eleitores, sendo eleito primeiro suplente na categoria de
325 representantes de usuários de âmbito estadual. Considerando que todas as normativas
326 foram cumpridas e que o processo ocorreu sem intercorrências de denúncias ou
327 recursos, a não nomeação induz ao entendimento de interferência do Governo na
328 sociedade civil para composição do CEAS e desrespeito ao processo. Nessa direção a
329 sociedade civil deliberou que tendo em vista o descumprimento relatado e a consequente
330 não nomeação de seus dois representantes, não daria a posse a nova mesa diretora do
331 conselho, e buscaria conhecer as reais motivações da não publicação,bem como
332 aguardaria retorno para a retomada dos trabalhos dos CEAS.Ressaltamos que a próxima
333 plenária está agendada para fevereiro. Sendo os conselhos espaço de manifestação de
334 interesses coletivos da sociedade civil é de grande importância que haja harmonia entre
335 essa representação e o governo para que o processo democrático avance. Hoje, a
336 sociedade clama por ética e transparência com respeito à garantia dos direitos, assim

337 fatos como o ocorrido gera impactos que neste caso são: interrupção das atividades do
338 CEAS, pois, encontra-se acéfalo, desrespeitando o seu caráter permanente.
339 Descumprimento do artigo da LOAS, que dispõe a comissão para repasse aos municípios
340 estados do Distrito Federal e dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição em
341 funcionamento de municípios do primeiro conselho de assistência social,
342 responsabilização do governo estadual quanto ao não funcionamento do conselho
343 podendo responder o Ministério Público, atraso na deliberação de prestação de contas do
344 governo e hoje eu colocaria que ainda mais né, que a gente tá correndo e também é o
345 peso da não implementação das outras tantas deliberações da nossa conferência
346 estadual. RODRIGO – CRESS. Bem, antes de passar pra pendências, vou passar pra
347 Juanita. JUANITA – FEDERAÇÃO DAS APAES: Bom dia a todos e a todas. Bom, primeiro
348 desejar um feliz ano novo para todos, a maioria eu não vejo desde dezembro por motivo
349 pessoal de falecimento de um irmão, eu não pude comparecer na plenária de dezembro,
350 ele faleceu dia 13, a reunião foi dia 14 e não tive como comunicar minha ausência no
351 pleno. De todos os relatos que foram realizados aqui, o único que é novo, vamos dizer
352 assim, porque a gente tem um grupo de sociedade civil do WhatsApp e tudo que vem
353 ocorrendo a gente passa para o grupo para que todos tenham conhecimento dos fatos e
354 das informações até então chegadas e recebidas. O único fato novo é que o CEAS
355 respondeu à Federação o ofício de solicitando informações e justificativas pela não
356 publicação do ato de posse no meu nome como conselheira do CEAS. O CEAS respondeu
357 um ofício que na verdade não tem resposta né, que está tentando agenda no governo, e
358 que está fazendo todos os esforços para que essa situação se resolva o que o que foi
359 lido, relatado pelos demais. Essa foi a resposta. Entretanto, apesar de todos já saberem,
360 eu gostaria de registrar aqui para que ficasse registrado em ata o que ocorreu até então
361 né, que todos vocês já sabem, mas eu vou repetir para que fique registrado em ata. Em
362 Janeiro a Federação das APAES foi chamada na SEDESE para solicitar substituição do
363 meu nome, porque eu tenho impedimento administrativo para tomar posse no conselho.
364 Ou era essa alternativa ou a Federação entraria na justiça considerando que eu respondo
365 um processo administrativo. Nesse sentido a Federação solicitou a SEDESE que
366 notificasse a Federação formalmente para que ela analisasse no seu jurídico qual o
367 melhor procedimento que faria. Óbvio, para não prejudicar a Federação. Nesse sentido, a
368 Federação solicitou formalmente a SEDESE e ao CEAS que informasse o motivo da não
369 publicação do ato do meu nome como conselheira do CEAS e até a reunião que foi
370 relatada aqui, que aconteceu em 1º de fevereiro se eu não me engano, isso não tinha
371 ocorrido. Nesse sentido, agente vem conversando com a sociedade civil por meio do
372 grupo do WhatsApp, e nessa reunião que aconteceu no CEAS, onde até a presente data
373 a Federação não recebeu nenhuma informação com relação a esse ofício do CEAS, que é
374 isso que eu respondi, não recebeu nenhuma informação oficial da SEDESE, a pessoa
375 física Juanita Pimenta não recebeu nenhuma notificação de processo administrativo né,
376 então a pessoa física Juanita Pimenta não pode se defender de uma coisa que ela não
377 sabe do que ela é acusada, a Federação não pode substituir a minha pessoa por uma
378 questão ética né, então nós estamos numa situação de completo desajuste, desrespeito
379 e eu gostaria aqui, como já falei no grupo também, é de ser solidário a todos que na
380 reunião de dezembro que estiveram aqui tomaram a decisão de não eleger a mesa
381 diretora, porque eu acho que é essa que a conduta né, porque quando você tem pessoas
382 que agem não de forma transparente, você tem que obter essa informação de alguma
383 forma. E a obtenção dessa informação, ela deve ser por meio de diálogo, como tem sido
384 feito ou senão por outra forma né, o judicial, ou outra forma. E é o caminho que
385 provavelmente a gente vai ter que suceder de agora em diante. Então esses são os fatos,
386 não existe outra informação nova a não ser aquela que eu tenho passado para o grupo,
387 que acabou, não tem outra. A única que eu não passei foi esse ofício resposta do CEAS
388 né, que é basicamente um parágrafo informando que todos os esforços estão sendo
389 feitos no sentido de que se resolva esta situação. Estou falando isso novamente só para
390 que fique registrado em ata, porque como a conselheira Cristiane falou, nós vamos ter
391 que continuar essa discussão aqui para ver qual será o próximo passo que esse conselho
392 fará. A Federação fará um passo, mas esse conselho também deverá fazer outro, né?

393 Então eu acho que nós deveremos continuar essa discussão aqui hoje, considerando que
394 todas as atividades estão paradas e a gente é có responsável pelo funcionamento desse
395 colegiado. Então é isso, eu agradeço a todos. RODRIGO – CRESS: Só lembrando: A Cris
396 me recordou aqui, essa questão de encaminhar o ofício, a resposta, para as entidades foi
397 uma deliberação da comissão provisória na reunião do dia 1º antes de a gente começar a
398 discutir e fazer uma proposta propriamente dito, eu acredito que a Juanita apresentou
399 uma proposta de encaminhamento mas antes disso vou pedir à Consolação então, que
400 faça a leitura das pendências que a gente tem pra saber qual é o cenário que a gente
401 hoje no CEAS, né? E a gente então possa discutir todos os elementos necessários pra
402 uma discussão mais salutar. CRIS – SACRAMENTINOS: Só gostaria de pedir, não sei se é
403 possível, Consolação se foi feita uma discussão, colocasse até por ordem de urgência
404 assim, o que é mais grave e urgente, só pra gente ter mais ou menos uma ideia.
405 RODRIGO – CRESS: Vou passar para a Simone, por uma questão de ordem. SIMONE -
406 SEDESE Eu só quero a título de registro, eu já falei na comissão, na provisória, falei
407 inclusive na presença da conselheira Juanita, e eu também vou falar a título de registro,
408 né, de que como presidente do conselho à época e subsecretária de assistência social,
409 eu liguei para o presidente da Federação Nacional das APAES, pra Associação de
410 Deficientes visuais, de Betim, desculpa, e conversei com os dois e relatei a eles o
411 acontecido, e de jeito nenhum disse a eles que eles fariam ou uma coisa outra né, quem
412 sou eu, aliás, mas quando interrogado de qual poderia ser a atitude, aí eu dei minha
413 opinião, né, de que diante da situação da decisão de não nomear dois conselheiros, eu
414 achava que a entidade tinha dois caminhos. Naquele momento a gente estava discutindo
415 a entidade, mas ainda não estávamos discutindo o conselho né, por isso eu achei que
416 não teria nenhum problema eu dar minha opinião de que a entidade ou ela trocaria, né,
417 teria o direito de trocar sua indicação ou ela poderia contestar decisão do Governo. Foi
418 essa minha orientação às duas entidades. Isso que eu queria também deixar claro aqui
419 para todos os conselheiros, obrigado, presidente. RODRIGO – CRESS: Se pudesse.
420 Alguma que puder explicar... fiquem à vontade, obrigado. CONSOLAÇÃO: Primeiro né,
421 de urgência é a mesa diretora, eleição da mesa diretora, porque o conselho, ele não tem
422 uma representação jurídica. E vocês vão ver que, não tendo quem responda por ele,
423 todas as ações abaixo que eu vou relatar, inclusive encaminhamentos que poderiam ser
424 feitos junto à presidência de ofícios, Ministério Público, tal, a gente não tem como
425 responder. Porque não tem uma mesa diretora. Segundo, nós temos né, também hoje, a
426 Sandra está aqui, já chegou? Nós temos posse de conselheiro, mas a posse também a
427 gente vai ter que ver como que a gente vai dar né, seria o fluxo normal na mesa
428 diretora, já teria sido dado a posse antes da plenária, mas agora tem que definir a posse
429 pela plenária, como que a gente vai fazer. A recomposição das comissões, isso é
430 rotina? Não. Porque? Recompondo as comissões, principalmente para a comissão de apoio
431 nós estamos hoje com o processo de constituição de fóruns de trabalhadores usuários,
432 está todo mundo cobrando, o próprio fórum de trabalhadores solicitando a este conselho
433 posicionamento, como é que nós vamos fazer e nós temos um ano eleitoral, e esse ano
434 eleitoral a gente tem também um problema, que a gente pode viajar, fazer ou custear
435 algumas coisas pela lei eleitoral até 7 de julho. Então sim, nós estamos com um tempo
436 muito curto e existem outras deliberações, não que essa seja menos ou mais
437 importante, que eu acho que deliberação de conferência a gente colocar tudo é
438 importante. Tudo é importante que sai ali. Então nós também estamos descumprindo
439 outras deliberações também, de conferência. A indicação de conselheiros para
440 representar a representações em comissões, então já estão acontecendo, inclusive por
441 demanda do próprio CEAS, reuniões com comissões para discutir benefícios eventuais do
442 Bolsa Família, o conselho participa dessa. Vai ter reunião do COGEMAS, da CIB, o
443 conselho participa dessas reuniões, e a gente tem que retirar essas representações, pra
444 continuar a atividade do Conselho. O próprio calendário de reuniões, nós fizemos um
445 calendário, mas até o encaminhamento via mesa diretora, isso, da melhor maneira eu
446 encaminhei, como uma sugestão a de ser deliberado né, pela plenária. Temos
447 prestações de contas, então preciso da composição da comissão de orçamento, como
448 que isso vai se dar, ela tem que tá discutindo essa questão né, a comissão também de

449 política, tem a questão de nós temos que rever resolução junto ao CEDCA, temos que
450 rever benefícios eventuais, que eu já mencionei, nós temos o processo de usina,
451 empreendedores cobrando porque nós temos que fazer, retirar lista de relatores, nós
452 temos que distribuir o processo também. E aí chega o ofício, o primeiro
453 encaminhamento, se ele não dado, daí ele é trago direto para a plenária, que poderia ser
454 também definida por meio da mesa diretora, nós temos o que foi deliberado na plenária
455 passada, como encaminhar o ofício né, sobre o não reconhecimento do ministério das
456 deliberações nacionais, o ofício tá pronto, mas quem ia assinar o ofício, então ele ficou
457 parado, a nota de repúdio em relação ao programa Criança Feliz, tá parado, e foi quando
458 que a gente iria encaminhar, porque não foi definido a questão dessa representação.
459 Pendências de correspondência, doutora Paola do Ministério Público solicitando
460 esclarecimentos ao CEAS sobre a revisão da resolução conjunta do CEAS/CEDCA, que
461 encaminhamento seria dado inclusive junto às diretorias dos conselhos, ele não pode ser
462 dado e a resposta também à doutora Paola não ocorreu, Frente Mineira de Defesa do
463 SUAS tem proposta de realizar reuniões em conjunto, a gente tem que sentar, porque foi
464 uma decisão quando vem de conferência de como que a gente iria fazer, retorno do
465 Conselho de Juiz de Fora, sobre o que a gente demandou para eles, a solicitação de
466 indicação do benefício Bolsa Família, solicitações do FET SUAS estão vindo direto para
467 plenária né, a gente não traz o ofício direto para a plenária, nós estamos trazendo pela
468 falta né, da diretoria, que é solicitando uma agenda de reunião, solicitando dados de
469 composição de foro, solicitando discussão sobre uma denúncia que ocorreu, então tá tudo
470 vindo direto pra aqui, pra plenária. Não houve nenhuma uma tratativa pra gente,
471 organização mesmo, de encaminhamento que todos sabem né, como que acontece em
472 relação aos conselhos, temos inclusive da própria conselheira Cristiane solicitação da
473 relação das entidades, nós também estamos aguardando para dar né, eu sei porque
474 como a gente vai encaminhar solicitação, as que estão chegando, eu tenho que
475 despachar com alguém, eu não posso responder né, isso não é uma rotina, porque são
476 dados, alguém responde por isso que está sendo repassado. Reunião da CIB, do
477 COGEMAS, eu já tinha falado, vai ter a reunião trimestral do Conselho Nacional, mandou
478 para a gente também o convite em 2 de Março, então tá aqui não é, pra gente definir
479 representações, ... AS URCMAS, que já estão provocando também querendo
480 representação do CEAS, nós já vamos perder duas reuniões porque não tem como
481 viabilizar a ida que é 23 de Fevereiro e 26..., não só uma, 26 de Março a gente tem como
482 né, vai sair, pode sair daqui essa resposta, que é Muriaé, o fórum Nacional de usuários
483 solicitam declaração de reconhecimento de existência, a gente não pode também estar
484 fornecendo nesse momento, porque não tenho ainda a representação, então é muita
485 coisa né, que a gente tá aqui como pendência trazendo para a plenária. E aí eu ponho de
486 novo o primeiro ponto que Rodrigo né, é que é a mesa diretora. RODRIGO – CRESS:
487 Pois bem, isto posto, então vou abrir o plenário para se alguém quiser dizer alguma
488 coisa, a Juanita, eu acredito que fez uma proposta, que é de oficialização da causa, por
489 isso eu acredito, pelo que a Consolação falou, tem que haver a mesa diretora. Então eu
490 acredito que o encaminhamento, se tem que ter, que haver a mesa diretora instituída
491 para encaminhar uma representação para o Ministério Público, a secretaria executiva
492 assinaria ... espera, calma gente, eu estou pedindo uma orientação, né, exatamente.
493 VOZES AO FUNDO ... ininteligível... Eu sei que o pleno é soberano, eu sei que existe um
494 regimento interno, uma lei que institui o conselho. O pleno não é maior que esse
495 regimento, que essa lei. Então o pleno não pode decidir uma coisa que confronte. Então
496 eu estou pedindo orientação pro Léo, de qual encaminhamento e aí gente, vocês me
497 perdoem, estou presidente do conselho de Nova Lima e a todo momento eu indago à
498 Secretaria Executiva, eu indago o jurídico, quando há possibilidade, sobre os
499 encaminhamentos, para que a gente tome uma medida e é óbvio que a gente vai
500 discutir. Tá na mesa pra discussão, tá? Então... João. JOÃO – CMAS PIRAPORA: Bom dia a
501 todos e a todas, eu fico aqui com a preocupação, eu sou muito transparente no que eu
502 falo, eu não volto atrás, a gente pode até não gostar das pessoas, não amar as pessoas,
503 como a gente não é obrigado gostar da mãe da gente, mas a gente tem que respeitar o
504 trabalho que as pessoas desenvolvem. Então é assim gente, na realidade eu fico com

505 uma preocupação muito grande se a gente possa mesmo dar posse a todos os
506 conselheiros e depois a gente fica com problema que nós estamos no CEDCA até hoje.
507 Eu falei aqui e volto a repetir, foram 3 casos lá, e até hoje não se resolveu, e não vai
508 resolver, vai terminar o mandato com menos três conselheiros eleitos. E aí como é que a
509 gente vai encaminhar as coisas, se gente não dá posse a mesa não pode encaminhar
510 algumas coisas aqui porque é assim, é que é 5 mandatos de Conselho Estadual da
511 Criança, eu sei o que que eu tô falando. Mas aqui nós temos que fazer o governo
512 entender que mais democrático que uma eleição numa plenária de conferência não
513 existe, então gente, eu fico com o pé atrás, eu sou bem contra a gente tomar as
514 atitudes de empossar todo mundo, fazer andar e esquecer dos companheiros, porque
515 senão vai ser mais um conselho com menos dois, e aí vai virando assim uma mania no
516 governo. O governo pode interromper uma decisão, principalmente de eleição de
517 sociedade civil. Se fosse até de indicação do governo ele põe e tira quem ele quiser, mas
518 na nossa eu acho que esse plenário tem que ser solidário com as duas entidades. É só
519 isso que eu queria falar. CONSOLAÇÃO: Como é né, meu papel dentro do conselho, tinha
520 esclarecimentos, inclusive eu me importo muito na legalidade, então eu quero dizer né,
521 já de início assim, para representação judicial e extrajudicial do conselho nosso
522 regimento interno no artigo 21 fala que compete ao presidente. Não é dado à plenária o
523 direito da representação judicial, tá? Isso como regimento. Está aqui escrito. Então a
524 gente não pode, eu falo isso com muita tranquilidade porque todas as pessoas aqui me
525 conhecem há anos, eu estou falando em cima da legalidade. A outra questão que eu
526 coloco, e peço né, E aí eu vou expor em parte os motivos, vocês vão entender porque
527 eticamente eu não quero falar de outro conselho. Não é porque é minha parte é falar, e
528 falando sério, eu defendo que a gente separe as situações nesse momento. Não que não
529 seja ...ininteligível... eu busquei algumas informações, eu fui lá para ver o ocorrido e nós
530 temos um arcabouço legal diferente, muito diferente, muito mais consistente em relação
531 a processo de escolha. Por isso que dentro do conselho e em todas as falas, mostra a
532 nota emitida pela própria secretaria executiva, que colabora com tudo que foi falado,
533 que tá todo mundo com o Rodrigo, que mencionou que está todo mundo tendo uma fala
534 única, concordo né, que não foi, que não é correto que houve tudo isso que tem que
535 alterar essa situação. E também nós temos que falar que aqui não existe discordância
536 entre o governo e a sociedade civil dentro do CEAS. Acho que isso é um ponto
537 fundamental de diferença entre o Conselho de Assistência e o Conselho de Direitos da
538 Criança e do Adolescente. Então acho que a gente aqui a gente tem que encaminhar
539 né, eu particularmente, como secretária executiva, como assistente social, como técnica,
540 e a experiência que eu tenho né, de mais de 20 anos neste conselho, é que o conselho é
541 mais forte com a presidência dele, com a representação legal dele, porque aí ele sim, ele
542 pode, o presidente, não só assinar todos os atos, mas a questão de agenda, ela é muito
543 mais estimada do que comissões provisórias. Nós temos né, eu acredito nisso. Que o
544 encaminhamento até o judicial de responder, de ter audiências com Ministério Público,
545 tendo uma diretoria é mais legitimada. E aí ele fala em outro lugar, para publicizar isso
546 não é escolher conselheiro A, B e C e falar você tem uma representação jurídica para tá
547 falando, se defendendo esses casos, Então gente, no meu entendimento e aí dentro da
548 própria legalidade a gente sabe né, isso sim até para a gente acionar alguma coisa,
549 quem que tem essa competência né, a presidência do conselho tá aqui né, tudo que
550 cabe a ele de todos os atos e decisões, até de encaminhar as decisões da plenária dessa
551 representação judicial e extrajudicial, então assim, esses encaminhamentos, ou isso,
552 como eu me coloco à disposição pra outras... CRIS - SACRAMENTINOS: Então, eu acho
553 que essa foi uma decisão né, que foi votada em plenária, acaba sendo uma decisão que
554 é do Conselho Estadual, mas foi uma decisão que foi trazida pela sociedade civil e eu
555 gostaria de consultar os meus pares da sociedade civil se nós podíamos nos reunir e
556 fazer uma discussão pra dentro da sociedade civil, uma vez que isso partiu né, da
557 sociedade civil em defesa de dois membros da sociedade civil. Gostaria de consultar se é
558 possível a gente fazer isso não é, rapidamente pedir licença, e aí a gente pede licença na
559 mesa à secretaria executiva e aos demais conselheiros né, governamentais se nos
560 permitem isso e também né, a gente ter esse espaço para a gente fazer essa

561 discussão.SIMONE - SEDESE: Eu acho o seguinte, eu acho que agora não é mais uma
562 decisão da sociedade civil,é decisão de governo e de sociedade civil, é decisão de
563 conselho. Nós criamos um entendimento, este se transformou numa nota técnica ou
564 entendimento de que nós temos regulação suficiente, normativas suficientes, sobre o
565 CNPJ, principalmente né, não sei como que são regras normativas de outros conselhos
566 mas o nosso é completamente normatizado,quanto o tempo de mandato pode ter, o que
567 que é entidade,o queque representa o usuário, o que representa o trabalhador,nós
568 temos o rito do que deve ser feito, como deve ser feito, tudo isso está normatizado,nós
569 chegamos no entendimento aqui, tudo pode, não há nenhum questionamento e que
570 inclusive estamos embasados no, em parecer do supremo. No entendimento de
571 conselho. Acho que ninguém vai, não tem posição aqui de voltar atrás sobre isso, sobre
572 esse entendimento. Agora o que nós temos que ver em qual passo que nós vamos dar
573 diante do cenário relatado aqui né, quer dizer, diante desse entendimento, diante desse
574 entendimento, que eu acho que ninguém mais tem dúvidas aqui, nós também levamos
575 uma, fizemos uma discussão com o líder do governo que também tem esse
576 entendimento, então me parece que o que está sendo encaminhado aqui, pode ser que
577 eu esteja equivocada, é que nós temos tanta clareza do entendimento que agora é, tipo
578 assim, determina. Eu acho que é o que nós temos que discutir aqui, Cris, se você me
579 permite, mas coletivamente para que todos consigam amadurecer conjuntamente, qual
580 que é o melhor passo, como que a gente faz isso. Eu acredito né, e que é algum passo
581 desse do conselho estadual, e conselho gente, tem que ter tranquilidade, não tem
582 ninguém forçando a barra pra para ter presidente ou vice-presidente aqui não. O que a
583 Consolação fez aqui é obrigação dela de nos alertar. Ó gente, tem que aprovar issoe é
584 porque... se a gente não aprovar não fizer a resolução, depois nós vamos ter as
585 consequências disso, e se nós acharmos que devemos arcar com as consequências, nós
586 vamos arcar com as consequências conjuntamente. Isso não é problema, não estamos
587 discutindo isso aqui agora, nós estamos discutindo é como que a gente vai na luta,
588 né,qual que é o próximo passo nesse entendimento que nós já criamos conjuntamente.
589 Acho que, então a minha sugestão é que a gente continue o debate aqui no pleno, a não
590 ser que tenham desentendimentos entre sociedade civil tem que sentar, ou entre
591 bancadas, aí é outra história, estou entendendo que ainda nós estamos nos preparando
592 aqui, a democracia é assim, tem que ter um tempo de maturação também, eu acho que
593 é importante. RODRIGO - CRESS: Bem, eu vou te passar Cris, porque você pediu a
594 palavra. Nós temos duas propostas então, a primeira é da sociedade civil se retirar pra
595 fazer uma conversa e a outra é da gente permanecer aqui e continuar com o pleno
596 aberto e gente decidir isso aqui. O fato é que a gente tem algumas pautas. A Consolação
597 colocou algumas pautas e na hora que ela tava lendo, pensamos aqui, por exemplo
598 aquela pauta do Fórum Nacional de Usuários, solicitanto Declaração de Reconhecimento
599 de Existência. Você sabe Consola, dizer se isso é pra eleição do Conselho Nacional? Pois
600 é. Tem vaga? Tem, tempo? Terminou né? É Hoje? O fato que eu queria externar um
601 pouco, já tem 4 anos, eu termino meu mandato no Conselho Municipal de Nova Lima,
602 agora em maio. Falo isso com muita experiência sim, de local. É lógico que o CEAS é
603 muito maior do que tudo que eu já vivi na minha vida, mas de militante, de puxar greve,
604 de peitar trabalho frente a greve, de compor comando de greve, de estar tentando
605 negociar com o prefeito, de tentar processar o prefeito por assédio, então, de um
606 conselho muito atuante. Nós somos um conselho muito pró-ativo lá em Nova Lima, tanto
607 é que o Conselho Nacional nos ligou recentemente parabenizando pela publicação da
608 resolução que fez o planejamento e está colocando no site para que se reaplique pros
609 outros minicípios, inclusive, o próprio Conselho Nacional vai fazer o planejamento dele
610 em cima da nossa matriz. Então, eu acho que isso me dá uma tranquilidade de estar
611 aqui hoje e dizendo isso. É fato que a presidência de um conselho, igual a Consolação
612 colocou, tem muito mais pressão. Hoje, no meu entendimento companheiros, vou
613 externar isso, reunindo fosse a sociedade civil, eu sou muito transparente também, hoje
614 no meu entendimento estamos batendo em nós mesmos porque estamos aqui fazendo
615 um ato político sim, um ato de solidariedade sim, ninguém discute o contrário sobre
616 isso, mas,nós somos de um conselho muito atuante, conselheiros muito pró-ativos tanto

617 é que o conselho num tá tendo eco não. No meu entendimento, deixar o CEAS parado,
618 vai sim, prejudicar algumas ações da SEDESE, que tem pactuado diversas coisas com o
619 CEAS, etc., mas com o desmonte da assistência que a gente tá vendo, nacionalmente,
620 nos municípios, é, a gente tá batendo em nós mesmos. Então a gente realmente precisa,
621 ao meu entendimento, engrossar. E em engrossar a gente tem que mostrar que este
622 conselho não está de brincadeira. Que eles tem de respeitar sim, o que decidir aqui, isso
623 é o meu entendimento, só vai ser voa judicial. Tá? Cris. CRIS - SACRAMENTINOS:
624 Mediante a ouvir né, o que foi colocado pela Simone tanto pelo Rodrigo, eu ainda
625 mantenho a minha opinião e o meu pedido de essa conversa ser feita na sociedade civil,
626 não disse aqui que eu não acho que a gente não, que isso não é uma questão ampla,
627 que o CEAS não tem unidade com relação a isso, mas o que eu reforço aqui, isso foi uma
628 questão que foi discutida e começou a ser discutida dentro da sociedade civil, inclusive
629 votada nesta plenária em ampla maioria pela sociedade civil. Então eu acho que seria
630 importante para nós enquanto sociedade civil a gente fazer essa discussão, e até porque
631 nós fizemos nossas colocações internas do porquê que a gente traria para o plenário, e
632 quais seriam, mediante a todas essas consequências, até as pendências presentes aqui,
633 o que que significa para a gente a partir do que a gente elencou lá dentro, a partir da
634 sociedade civil como questões, mesmo para nossa representação e a nossa unidade né,
635 enquanto conselho como um todo. Reafirmo aqui né, que eu em todos os momentos que
636 nós tivemos, que eu estive dentro desse conselho, acho que a gente teve muita
637 tranquilidade na conversa e no diálogo com o governo, com as representações
638 governamentais que aqui estão, a Simone na época enquanto Presidente sempre foi
639 muito tranquila no diálogo, mas eu acho que é uma questão mesmo de força enquanto
640 representação de sociedade civil, não tem a ver com a questão de não entender como
641 lados, mas eu acho que como força e como esclarecimento mesmo dentro das nossas
642 questões e dentro do segmento que nós representamos aqui né, o que que isso vai
643 significar até porque todas as decisões, essa decisão, eu fui em todos os espaços né, de
644 entidades e instituições e organizações sociedade civil nesse município, eu estive lá
645 dizendo o porquê que nós tínhamos tomado né, enquanto sociedade civil, trazido isso
646 pro CEAS e o CEAS votou a favor disso, então eu acho, preciso né, dentro do meu
647 segmento, devolver as decisões aqui muito embasadas e fortalecidas enquanto
648 sociedade civil. MARTA - SEDESE: Só queria retomar que quando a gente, este pleno
649 deste conselho, tomou a decisão em dezembro da gente constituir uma comissão
650 provisória, a gente já apontava para a decisão da mesa diretora e as pendências e
651 encaminhamentos que isso geraria, na ocasião a gente já fez essa ponderação, e eu
652 acho que a secretaria executiva com muita isenção e capacidade demonstrou aqui né, de
653 forma muito prática, o que é a rotina e o cotidiano desse conselho e as pautas que são
654 colocadas né, e o que comissões e mesa diretora, as instâncias, além da plenária desse
655 conselho, tem uma dinâmica de trabalho constante. Mas eu queria pegar um gancho da
656 fala da Cris né, dizendo que como que foi uma decisão coletiva do plenário em
657 dezembro, e aí não era governo, sociedade civil, foi uma decisão em plenário né, eu
658 tenderia a propor o que a Simone está dizendo né, da gente adensar um pouco mais a
659 discussão, as pessoas conversarem um pouco mais né, pra gente também tomar um
660 encaminhamento em conjunto, o que não prejudica, Cris, o seu retorno a sua devolutiva,
661 pros espaços da sociedade civil até porque a própria Juanita disse que tem um grupo
662 que vocês estão o tempo todo atualizado, trocando informações, não tem talvez nenhum
663 fato novo, e ela, né Simone, relatou isso pra gente, que a própria sociedade civil tem
664 acompanhado processo, e que não tem nenhum fato novo. O que foi novo a gente trouxe,
665 parece que a Simone né, e parece que o pessoal trouxe aqui. Eu queria escutar mais né,
666 e as pessoas se manifestarem mais, também para a gente ir porque os debates aqui é
667 porque a gente também vai alicersando e com a contribuição de todos, construindo
668 então né, uma proposta mais conjunta. RODRIGO - CRESS: Bem, então eu acho que a
669 gente tem que caminhar, mesmo nível de fala, então não tem necessidade. Se a
670 sociedade civil acha pertinente, então vamos levantar e reunir. Eu acho que é isso. Pois
671 não. SIMONE - SEDESE: Eu só acho que uma coisa não impede a outra. O importante é:
672 eu acho que a primeira pergunta que tem que ser feita, até porque para a gente ter

673 tranquilidade de separar, e separar não é ruim não, juntar não é ruim mas separar
674 também é bom. É. Eu acho que a pergunta que tem que ser feita é se todos nós
675 estamos esclarecidos, amadurecidos, se todo mundo tiver esclarecido e amadurecido aí
676 eu acho que dá pra separar. Eu acho que esta é que é a questão. Ou então a gente
677 discute mais um pouco e depois a gente separa também. Acho que é importante pro
678 governo também, é isso aí é o que eu acho. Se todo mundo estiver com clareza com as
679 informações todas, o que se é que tem que discutir né, tem que ficar claro não tem uma
680 coisa aqui que nós não vamos voltar atrás, né gente, entendeu, Cris? Que ponto que é
681 que nós temos em comum, tem que mais tem ficar mais claro para a gente separar e
682 depois o negócio não numera, ou então fica difícil, então era isso que eu queria chamar
683 atenção. SOYLA – CMAS PARACATU: Eu acho importante na fala da Consolação, você me
684 representa viu, Consolação, inteiramente. Na fala da Consolação a importância de dividir
685 duas coisas, duas questões importantes, a questão da diretoria e a outra questão né,
686 que é a judicialização ou não né, que eu acho importante também, eu apoio. Agora,
687 quando eu penso que eu saí lá de Paracatu pra vir aqui e ficar um dia e não tá
688 trabalhando nas nossas comissões, que deve tá atolado de serviço, e os municípios, e a
689 gente não tá aqui representando só nossas representações não, eu não tô representando
690 só Paracatu não, eu tô representando o noroeste de Minas e alto Paranaíba. Os
691 municípios tá tendo uma demanda lá, agora é hora de luta, era a hora da gente tá na
692 pista lutando, e a gente tá aqui brigando risos), lutando entre si, enquanto era para
693 gente já tá judicializando essa causa e já estar na justiça essa questão da posse dos
694 conselheiros. Eu acho assim que é importante sim, viu sociedade civil? Porque eu acho
695 que eu tenho até uma crise de identidade por ser CMAS, por ser governo, dentro do
696 CMAS, mas eu compreendo que sociedade civil pese isso, por favor, os conselheiros, eu
697 estava conversando com Cecília, a gente está tudo morto aqui nessa mesa, o Irajá saiu
698 daqui porque ele estava dormindo a ponto de um conselheiro bater a cabeça aqui até na
699 mesa, então assim eu sou muito realista e transparente para dizer que o conselheiro sair
700 lá de perto de Brasília, outro sai lá do Norte lá, outro não, vários do Norte que agora nós
701 estamos muitos conselheiros do Norte e Noroeste, graças a Deus. E a gente sai de lá pra
702 vir aqui cumprir uma agenda de um dia, acaba com a gente. Vamos ser realistas e eu
703 quero trabalhar nas comissões, eu quero voltar para os meus CMAS porque eu tenho
704 cobrança, é 24 horas ligando e mandando Zap, esses CMAS, representa os municípios. A
705 gente não pode esquecer responsabilidade. Eu conto que vocês. Cada um pese isso por
706 favor. Obrigado. MARIA DO CARMO – CMAS/LEOPOLDINA: Gostaria de estar sugerindo aos
707 conselheiros aqui da mesa que fosse pensada uma possibilidade, pra que a gente
708 conseguisse fazer o conselho entrar em funcionamento, mesmo porque nós também né,
709 representantes governamentais, no meu caso posso afirmar que eu também não
710 concordo com a posição de nomear os dois conselheiros, mas eu também acho que é
711 importante essa mesa diretora assumir aqui hoje seu trabalho e o conselho aprender a
712 fazer a pressão que ele sabe e que ele precisa fazer mesmo para que isso aconteça, não
713 deixar então por exemplo, entrar em pauta de discussão alguns itens muito reservados
714 para pauta de discussões, essa pressão que o conselho pode vir a fazer para que essa
715 situação seja resolvida, ele escolheu o que vai entrar no mês pra ser deliberado, porque
716 ele consegue fazer pressão dessa forma e algumas coisas pelo menos conseguem ser
717 desenroladas esses ofícios conseguem prosseguir e o conselho analisar, mas isso aqui
718 não vamos permitir discutir hoje aqui, nós não vamos deliberar sobre isso, consegue
719 fazer pressão dessa forma também e o conselho consegue pelo menos inciar o seu
720 funcionamento. ARLETE – O MOV. GRAAL DO BRASIL - BURITIZEIRO: A fala da Consolação,
721 já foi referida várias vezes, mas ela deixa bem claro: se não tiver uma mesa diretora, o
722 conselho foi eleito mas não funciona né, se sem essa mesa diretora nós não podemos
723 lutar juridicamente em função da posse dos conselheiros que estão impedidos por uma
724 questão que ainda não é muito clara para nós, e a Juanita coloca isso muito bem na fala
725 dela. Então eu penso que a gente precisa refletir nesse sentido, de pensar assim, nós
726 fomos eleitos e você falou isso Soyla, não para nos representar, nós somos eleitos para
727 uma representação bem maior e daí a necessidade da gente tentar refletir as nossas
728 práticas aqui no conselho pensando que nós estamos respondendo por alguém, e que

729 esse alguém é aqui que nós temos que, que, tá dando respostas claras e objetivas, visto
730 que se o conselho não funciona, os municípios não funcionam, se não tem uma mesa
731 diretora nós não podemos acionar juridicamente a situação da posse dos conselheiros,
732 então nós estamos num impasse e outra coisa também que me chamou atenção é que
733 quando a sociedade civil decidiu por assumir em solidariedade, responsabilidade,
734 legalidade a posse de Juanita e do companheiro Márcio, nós estávamos dizendo isso
735 enquanto enquanto sociedade civil mas que quando foi apresentada aqui na mesa o
736 governo assumiu também né, a equipe representativa do governo diz então nós somos
737 solidários é correto, a gente não tinha pensado, então nós estamos nesta. Mas hoje nós
738 temos que tomar uma decisão. É definir aqui, esse é o meu entendimento. Ou se dá
739 posse à mesa diretora pra que se encaminhe a situação juridicamente ou conselho deixa
740 de existir. De repente a gente caminha para um novo golpe. A gente tá golpeando a
741 gente. RODRIGO – CRESS. OK. Estamos esclarecidos, conselheiros? Pesando o que a
742 Simone colocou, todos colocaram. Estamos esclarecidos? Tem outra questão, outra fala,
743 outra consideração? Então a questão é reunirmos com a sociedade civil, é isso?
744 Mantemos isso? Sociedade civil mantém isso? Vozes ao fundo. Então vamos votar, quem
745 é a favor de permanecer, da sociedade civil se retirar pra reunir, por favor, vote. (Vozes
746 ao fundo). Ok? Quem é contrário? Ok, vamos nos retirar. 10 minutos, 5 minutos? (Vozes
747 ao fundo). RODRIGO - CRESS: 10 minutinhos cê viu bem ... pois é .. mineiro né? Ali!
748 Então foi assim gente, nós discutimos muito e nós, então uma proposta a fazer nesse
749 pleno tá? Qual é: eleição da mesa diretora para tratar da situação exclusiva da posse
750 dos conselheiros; convocar uma plenária extraordinária com uma partição da casa civil
751 para o dia 9 de março, impreterivelmente; instituir por meio de resolução a comissão
752 especial provisória com dois membros da civil do governo, para auxiliar na questão
753 dessa tratativa, e acionar o ministério público imediatamente em relação a não posse
754 dos conselheiros. Então essa é a proposta da sociedade civil. Coloco em discussão. Os
755 nomes para tratar exclusivamente da posse dos conselheiros [inaudível].
756 Exclusivamente. [inaudível] CONSOLAÇÃO: Desculpa, agora é minha parte e chata e
757 técnica né? Não existe gente, mesa diretora. Mesa diretora é mesa diretora, ta aqui, foi
758 eleita, a competencia dela está em regimento, não existe... em uma plenária, poderes. A
759 plenária tem mas também é limitado por regimento. Não é assim. A gente não elege
760 uma mesa diretora e fala: "agora mesa diretora você agora não funciona, você agora so
761 faz isso assim, assim e assim", não é isso. Tem como conselheiros experientes, com
762 mais tempos não conselho que dominam o Regimento Interno, acredito eu, então eu
763 como secretaria executiva deste conselho eu posso uma revisão até o conceito da mesa
764 diretora, ela tem um papel regimental e tem que cumprir o papel regimental. RODRIGO
765 – CRESS: Só esclarecendo Consolação, o plenário, a proposta da sociedade civil não é
766 limitar o papel da mesa diretora, é que neste momento o que é o que você está
767 procurando, é uma mesa interina, uma mesa e uma pessoa vai endossar, contudo não
768 como a gente seguir com pautas deixando essa questão pra trás. E aí só a título de
769 esclarecimento também a gente discutiu algumas pautas e uma das pautas que nos
770 afligia muito era a questão do Fórum Nacional dos Usuários solicitando declaração de
771 reconhecimento de existência de atuação. Foi feito contato com o fórum e eles já
772 conseguiram, então a gente não vai penalizar uma entidade, uma sociedade civil. Esse
773 ponto principalmente ja esta resolvido tá? Mais alguém? SOYLA – CMAS PARACATU:
774 Será que a questão não e priorizar e não tornar exclusivo, porque fere o regimento
775 interno. Eu acho que todos os conselhos também são colocados de forma direta, uma
776 diretora de suas competencias não pode ferir isso. Eu acho que é prioridade. MARCIO
777 CALDEIRA – ASPROM: Boa tarde a todos. Eu acho que é uma discussão que é uma
778 sociedade civil para uma discussão muito aprofundada. Tivemos total clareza do ponto
779 de vista da defesa que a sociedade civil quer fazer nesse conselho, neste pleito. A gente
780 discutiu muito a questão da competencia e atribuição da mesa diretora. Que tem um
781 papel regimental da qual nós enquanto conselheiros não temos autonomia de alteração.
782 Contudo, mesmo apesar dessa descrição em lei, a premissa principal que a sociedade
783 civil pensa é do ponto de vista do processo democrático que foi feito, na eleição desses
784 conselheiros e houve uma posse de alguns e de outros não. Sem uma motivação

785 explicitada. Isso para a sociedade civil é extremamente grave, do ponto de vista desse
786 processo como um todo. É nessa perspectiva. A gente em momento algum quer destituir
787 competência de conselho, competência da mesa diretora, de forma alguma passou isso
788 pela discussão. Mas a gente ficou de certa forma extremamente focado numa premissa
789 principal, houve um processo democrático límpido, transparente que já foi transcrito
790 aqui. Está em ata. Existe uma lisura desse processo, esse processo para nossa surpresa,
791 não acatado. Nós não temos a motivação disso. Em função dessa premissa a gente
792 entende que para o que conselho consiga um passo a gente tem que constituir a mesa
793 diretora. Uma personalidade jurídica do conselho é a mesa diretora. Então nós enquanto
794 sociedade civil não podíamos continuar caminhando na premissa de continuar com uma
795 comissão temporária que foi aqui colocada. A gente constitui essa mesa. A partir dessa
796 mesa uma sociedade civil torna efetiva a mesa. Contudo, o nosso limitador se prende ao
797 fato de que nós tivemos uma eleição lisa, transparente, que não foi acatada pela
798 sociedade civil. Embora esse conselho corrobora da nossa premissa de que ha uma lisura
799 completa do processo. Isso é claro pra gente, A gente entende todo o esforço que quem
800 está à frente da pasta da SEDESE tem um compromisso democrático. Isso é claríssimo
801 pra gente. Mas há uma premissa principal que é uma democracia que a gente esta
802 defendendo. E é nesse sentido que a gente tá colocando uma proposta. A gente em
803 momento algum está sendo insensato de limitar a ação efetiva da mesa diretora. Mas a
804 gente tá colocando uma posição política sim da sociedade civil. Esse é o ponto. E a gente
805 tá focando um ponto, numa questão que tá ali naquela faixa: "lembrar é resistir". É
806 resistir. Isso é o princípio que a gente tá colocando: resistência. O nosso discurso está
807 sendo transformado em prática dentro do conselho pela sociedade civil. CRIS -
808 SACRAMENTINOS: Bom, só considerando as questões técnicas que foram colocadas, eu
809 acho que é importante a gente ressaltar, isso já foi colocado aqui em plenária uma vez,
810 que condições de exceções a gente combate com exceções né? A gente não tem outra
811 posição a não ser criar exceções, por um momento que estamos atravessando,
812 passando. A discussão dentro da sociedade civil foi muito pautada na preocupação que
813 tivemos inclusive dentre as pendências, inclusive lá com o Fórum Nacional, quais seriam
814 os prejuízos de usuários, então a gente sabe que tem consequências, mas entendemos o
815 processo democrático do controle social ele precisa ser defendido. Então a proposta que
816 nos trazemos é uma exceção dentro de uma situação de exceção que a gente não quer
817 que se repita. Aqui todos nós entendemos a sociedade civil fizemos essa reflexão que
818 hoje há dois conselheiros que podem ser cinco, seis, sete. Então a gente não sabe como
819 é isso, se a gente não tem hoje as razões, então pra gente, é importante a gente tomar
820 em consideração a uma atitude nesse momento. MAGDA - SES: Isso tudo que vocês
821 estão falando a gente sabe, e esse processo de ... somos pessoas, somos todos
822 membros de governos, somos militantes, eu sou da luta antimanicômial, estive em
823 Baurú, então assim, tudo isso a gente ja entendeu. E a gente entende que é isso é bom,
824 que é essencial, essa resistência. Mas o que a gente entendeu também que não esta
825 tendo não vai ter eco isso que tá se fazendo aqui porque o conselho não e um sindicato
826 que você faz greve. O conselho a força dele é união. A gente só vai conseguir reverter
827 essa situação com as pessoas juntas, com união, com um conselho atuante. Se o
828 conselho fica mais um mês mais dois meses, mais três meses sem, qual vai ser a
829 consequência disso? Já estava a dois meses sem funcionar. Eu tô falando pelo que eu vi.
830 Da ultima reunião até hoje o que encaminhou do conselho? Eu não estou falando no que
831 é que eu não tenho, ... não caminhou nada! Então vai continuar essa solidariedade,
832 muito mais do que isso, essa nossa indignação com o que aconteceu com as pessoas é
833 nossa também. Nós somos o que queremos em um lugar, mas dessa forma que está
834 fazendo, a gente não vai conseguir, a gente não vai conseguir reverter. Então a gente já
835 entendeu isso que foi falado, tá sendo, foi falado outras vezes, etc, só que eu, Magda,
836 não vi mudança nenhuma nessa força, nesse movimento está em andamento, e
837 provavelmente se a gente adiar mais um mês não vai ter porque o conselho tem o
838 governo, sociedade civil, mas todo nós governo e sociedade civil, que esta no conselho
839 somos militantes, e assim, eu acho que a gente tem que entender como a gente vai
840 apoiar a nossa indignação com o que aconteceu com dois conselheiros? Como a gente vai

841 reverter isso? É unidos. É o conselho. Não é ele ficar destituído. Desculpe, mas é isso
842 que eu penso. ELERSON - CÁRITAS BRASILEIRA: Boa tarde a todos e todas. Sou o
843 Elerson da Cáritas Brasileira, peço desculpas pelo atraso, uma pessoa com uma
844 intercorrência e tive que ir atender. Venho alegre pra reunião do conselho, mas ao
845 mesmo tempo, fico triste em saber que a coisa não caminhou. Participei do final da
846 reunião da sociedade civil mas queria manifestar o nosso apoio a decisão tomada e eu
847 não acredito que essa decisão seja no sentido de travar o andamento do conselho. Até
848 porque eu fico, pra fazer uma ressonância a ultima fala, eu me pergunto perguntando
849 sociedade civil, que legitimidade a gente vai ter pra continuar os processos futuros
850 sendo que nos tivemos uma conferencia, uma eleição, e isso não foi respaldado. O que a
851 gente tá discutindo aqui são processos que muitas vezes são feitos em outras instâncias,
852 não se da explicação nenhuma, e depois alguém chega pra gente dizendo assim "não,
853 vocês têm que continuar trabalhando da mesma forma". Eu acho que não é por ai que
854 uma coisa se faz. Se existe algum impedimento, que se fundamente esse impedimento.
855 Que se dê a legalidade do processo que se fez na não nomeação dos dois outros
856 conselheiros. Eu percebo a solidariedade de todas as pessoas em relação a não
857 nomeação dos dois conselheiros, mas a divergência se dá justamente nisso. Os
858 processos precisam caminhar. O conselho precisa continuar caminhando. Mas a gente
859 não pode simplesmente dizer não tem dois conselheiros nomeados vamos continuar
860 trabalhando. Eles não deram resposta, se não der resposta daqui seis meses, daqui um
861 ano a gente continua caminhando. Eu acho que não é por aí.

862 GILBERTO - COGEMAS: Bem, a partir do que a Consolação disse, acho que se a gente
863 não deliberar pela mesa, com atribuições plenas, como a gente já propôs já a algum
864 tempo atraz e já tem um acumulo esse debate que não é de hoje. A gente já está
865 patinando nesse negócio aqui já faz tempo. Então eu acho que se a gente tomar uma
866 decisão que vai contra o regimento, ela é anulada por si só. Então eu vejo assim,
867 atribuição de mesa é atribuição de mesa, ninguém inventa isso se não puder reformar o
868 regimento. Aí se não tem mesa, nem pode reformar o regimento entendeu? Então eu
869 acho que a gente chegou num momento, que trincamos tudo. Estamos sem saída. E
870 outra coisa que eu queria ressaltar também, todos nós aqui estamos comprometidos na
871 defesa da nomeação das duas pessoas pro conselho. Não é nem das duas entidades. As
872 duas entidades a gente nem questiona nada. Mas inclusive das duas pessoas que foram
873 indicadas legitimamente pelas entidades.

874 Tem sido um processo vigoroso, transparente, que a gente tem tentado de todas as
875 formas. A gente precisa ter respostas, e ai a gente chegou numa via institucional. Não
876 existe mais aquela coisa de "eu ligo ali, pergunto pro fulano, como é que é?". Temos uma
877 mesa diretora pra encaminhar as questões. Pra ate resolver um questao dos dois
878 membros da sociedade civil. Aí a gente vê que não ta tirando a legitimidade e
879 importância de batalhar por isso. É, mais é uma pauta que ta travada pela nomeação
880 de duas instituições. O governo precisa da resposta, mas também as instituições
881 precisam nos ajudar a caminhar para que tenhamos uma mesa diretora e o conselho
882 começar a trabalhar até porque nós estamos aqui é por causa dos nossos usuários, não
883 é por causa de nos mesmos se não a gente vai fazer outra coisa da nossa vida. Então é
884 isso da minha parte o que eu tenho pra colocar é isso. IVONE - CONGEMAS: Eu acho que
885 a coordenação da mesa deveria ja estar muito bem esclarecido, a gente podia partir
886 para uma votação. Porque a gente fica aqui fazendo essa defesa. Eu achou que se a
887 gente tá de acordo que agora tem que fazer uma eleição da mesa diretora. Agora
888 discutir se essa mesa vai ser mais um assunto do conselho ou de ela vai assumir sua
889 função de mesa diretora eu acho que não é o momento agora não. Eu acho que tá claro,
890 nós vamos fazer uma eleição da mesa diretora. Nós somos de comum acordo de fazer a
891 eleição da mesa diretora. Então eu proponho uma mesa pra fazer o encaminhamento da
892 eleição da mesa diretora. RODRIGO - CRESS: Ok, então eu acho que a gente vai acatar
893 o que... falou, eu vou passar a palavra pra Camila. Tem mais alguém? Porque uma gente
894 encerra a fala e põe a votação. Simone? Então encerra a fala com um Simone, ok?

895 CAMILA - SEAPA: Eu me senti contemplada com uma fala dos outros colegas no sentido
896 que nos realmente precisamos de uma mesa. Eu acho que a situação que tá

897 apresentado, nós já estamos em um cenário onde já vem angariando perdas no cenário
898 social. E eu acredito que se a gente não começar a fazer deliberação enquanto o
899 conselho que tem entre suas atribuições no suporte nas outras instâncias, a gente
900 estagna como atividades e deixa também de colaborar pra que os outros melhorem
901 como suas atividades. Então legitimando a nossa mesa a gente legitima a nossa força
902 enquanto o conselho, uma sociedade civil se coloca em posição de enfrentamento com
903 essa instituição que barrou estes dois conselheiros. E eu acho que é uma forma que é
904 uma pessoa com uma força, uma força conjunta, organizada, e nessa instância pra
905 poder faça nossos questionamentos. Porque da forma que é uma pessoa com uma gente
906 não vai conseguir fazer isso. Eu sou um favor dos protestos que a sociedade civil fez até
907 agora, nós porque independente de governo ou de sociedade civil, ou de representação
908 nós somos povo. E enquanto povo a gente se sente vedado nessa condição que
909 aconteceu. Então assim eu acho que é uma pessoa precisa da mesa pra que a gente
910 pode fazer os questionamentos necessários. A gente precisa caminhar e gente só ai
911 caminhar se para junto porque dividido a gente não consegue unir forças pra que os
912 nossos colegas possam estar aqui sentados com uma gente. RODRIGO – CRESS: Ok,
913 Simone e aí a Marta pediu a palavra. Então terminamos na Marta tá? SIMONE - SEDESE:
914 Primeiro e o seguinte, acho que é os pontos e uma construção coletiva requer de nós
915 isso mesmo, mesmo paciência e também capacidade de escuta dos dois lados. Então a
916 gente terminou a reunião de manhã dizendo: o conselho não dá mais pra ter debate de
917 governo e sociedade civil sobre esse aspecto. O conselho estadual compreende que a
918 eleição da sociedade civil é legítima e por ela ele vai lutar. Essa é a questão, que desde
919 manhã a gente discutiu isso. Embasado inclusive numa nota que agora é pública, porque
920 foi lida aqui no conselho e tem seu registro aqui. Entendi que o que a sociedade civil
921 queria discutir: como então levar essa bandeira que o conselho tirou como sua. Foi isso
922 que vocês foram fazer né? Entendi e escutei que o como é o que? Nós vamos instituir a
923 mesa diretora do conselho hoje. Cês voltaram com essa discussão. Entendi que na
924 discussão que vocês fizeram, puxa vida, mas não querendo fazer uma mesa diretora e o
925 conselho liga o freio e começa a funcionar como se nada tivesse acontecido. Então como
926 ter uma mesa diretora e ao mesmo tempo criar uma excepcionalidade. Imaginei que
927 deve ser isso que vocês
928 conversaram, pelo que eu entendi das questões que Rodrigo colocou aqui. E também
929 corretamente a Consolidação nos alertou que a gente não pode fazer uma resolução
930 dizendo que a gente vai criar uma excepcionalidade só fazendo aqui. Quer dizer cê não
931 pode fazer uma resolução contra o regimento. É isso que ela nos chamou a atenção. Isso
932 significa que nos não podemos também, na sugestão da Ivone, que acho muito
933 pertinente, que a gente faça a mesa diretora e imediatamente discuta como criar
934 exceção. Eu concordo. Tem que criar exceção mesmo. Agora como que ela vai ser
935 criada? Nós temos várias formas de fazer isso. De criar exceção dentro do regimento do
936 conselho. Que é lógico que nós não ... É Aí não né Cris, a gente fica numa situação... A
937 gente já ... bem ... Eu acho que é um questão é essa. Eu concordo com um Ivone. Acho
938 que a gente deve compor a mesa diretora do conselho. E devemos criar exceção. A
939 própria Maria do Carmo aqui. O Conselho gente, ele é um ator, ele tem funcionalidade,
940 ele faz escolhas, ele institui processos. Podemos, não tem impedimento nenhum que
941 diga que não podemos criar uma comissão de exceção dentro do conselho que vai ser
942 composta por fulano, por beltrano, não não não não não, que ela é tal tal tal tal competência,
943 tudo isso nós podemos fazer. Cria uma exceção dentro da legalidade. Nós podemos ter
944 outras formas. Então eu não sei se compreendi direito o tipo de debate que vocês
945 fizeram. Mas sei legítimo, como acho legítimo também e mais do que legítimo, acho que
946 tá no papel da nossa secretaria executiva, nos alertar que podemos criar um excesso
947 desde que não fira o regimento interno. RODRIGO – CRESS: A Cris havia pedido um
948 esclarecimento. CRIS – SACRAMENTINOS: É só um esclarecimento Simone, porque eu
949 acho que talvez pode ter ocorrido alguma confusão. A questão não é uma resolução para
950 dizer o que a presidência vai fazer. A resolução é para criar comissão. É só isso.
951 RODRIGO – CRESS: É. Então gente as funções, contudo essa mesa, ela por opção nossa,
952 sociedade civil, posicionamento político nosso, ela vai tratar exclusivamente, a princípio

953 até a gente desgarrar. Essa documentação, calma...é... Nós vamos tratar... Não, não
954 estou querendo ser (inaudível)...Consolação. A mesa vai ser instituída. Ela vai tratar,
955 depois da instituição, nos momentos dos trabalhos, de botar as pautas, nós vamos
956 trabalhar a questão da posse. E tudo o que envolver acionar o ministério público,
957 mandar ofício a respeito disso, pra que como as coisas tenham celeridade e
958 responsabilidade. Responsabilidade está tendo, igual o Gilberto falou, todos estamos
959 imbuídos do mesmo sentimento, mas é preciso resolver essa questão. E aí a resolução
960 em cima disso, depois de instituída a mesa, nós vamos pedir pra que coloque em
961 votação neste pleno, a criação de uma comissão provisória, também pra reforçar isso e
962 ajudar nos trabalhos alusivos a esta posse. Vai ter atas, reuniões, e o regimento dessa
963 comissão exclusivamente para tratar da posse. Dada a posse encerra-se a comissão
964 automaticamente. Esta é a proposta. SIMONE – SEDESE: Eu acho que a gente deveria
965 fazer a posse da presidência ampliada, mesa diretora. Aí Presidente. A gente conduz
966 então outros processos... Eu já votei nele desde uma outra vez né? Voto de novo. Mas
967 tudo bem. É... Porque gente? Odeio ser tia, mas tem hora que ter que ser tia, não tem
968 jeito. Ai, me perdoe se eu vou ser tia. Me desculpe se eu vou ser tia, viu presidente? Mas
969 tem uma coisa, uma estratégia, uma situação em que não põe na resolução. É isso que
970 a Conceição está falando com uma gente. Se nós acharmos que é uma estratégia,
971 colocar pauta de gestão no conselho, se nós acharmos que é estratégia vamos fazer
972 (inaudível) isso, vamos fazer aquilo, isso é política, é estratégia gente. (inaudível)... Nós
973 não podemos colocar isso em resolução não, que nós não estamos... (inaudível – vozes
974 ao fundo... RODRIGO – CRESS: OK. Esclarecidos, podemos votar então? Vamos colocar
975 a proposta da sociedade civil, não tem outra proposta né? De não instituir?
976 SIMONE – SEDESE: Olha só gente. Vejam se eu entendi? Eu acho que agora já tem um
977 consenso, vamos no consenso primeiro. Vamos eleger a mesa diretora do conselho. Esse
978 é um consenso agora do governo e da sociedade civil. Então eu acho que esse já dá pra
979 encaminhar. Aí depois vem o que vai ser a resolução, o que nós temos que pensar pra
980 escrevê-la, né? RODRIGO – CRESS: OK Acordados conselheiros, sociedade civil? Olhem
981 pra mim. Ah, tá, aí é estratégia. Então, eu acho que a gente tem um consenso né?
982 Precisa registrar voto Consolação? Precisa? Então eu to colocando em votação a
983 proposta de instituição da mesa diretora. É isso né? Ok. Então os conselheiros que
984 aprovam a instituição da mesa diretora. Ok. Unanimidade né. Ok. Então em cima disso
985 vou passar pra Cristiane que ele vai passar...a questão que a sociedade civil discutiu.
986 CRISTIANE - SACRAMENTINOS: Bom, nós fizemos uma discussão que já vem aí
987 arrastando desde o dia da posse e não posse que já era um prenuncio né? Que a gente
988 teve lá na UTRAMIG. A gente já fez essa discussão. A sociedade civil pensou em dois
989 nomes. Estes foram pensados com muita... a gente discutiu muito esses dois nomes.
990 Buscamos pensar na questão da representatividade nessa mesa. E que desse uma
991 representatividade de fato, pro que representa realmente este conselho, né? Então nós
992 estamos indicando pra mesa diretora, com unanimidade, da sociedade civil, como
993 secretária a conselheira Arlete (aplausos) e como Presidente o Rodrigo que vem sendo...
994 o que todo mundo ja sabe, né? RODRIGO – CRESS: Obrigado, obrigado Cris. Vou passar
995 para o governo indicar os nomes. SIMONE – SEDESE: Bem... também nos reafirmamos
996 os nomes discutidos pela bancada governamental e como nosso secretário, o secretário
997 municipal de assistência social representando o COGEMAS, o Gilberto e o governo então
998 indica meu nome para vice presidência do conselho (aplausos). RODRIGO – CRESS:
999 Solta a fumaça branca! Consolação tá pedindo pra gente votar pra aprovar a mesa
1000 diretora e tirar foto. Os conselheiros que aprovam a mesa diretora do mandato 2018-
1001 2019, é isso né? (inaudível) Então *habemus* a mesa diretora. Agora próximo ponto
1002 então é a comissão né? A eleição de uma comissão provisória pra nos auxiliar no
1003 trabalho da nomeação e das articulações necessárias. Ah é! Conselheira, cê podia
1004 mudar-se perto da gente. É bom a gente ficar pertinho para trocar informações. Ok.
1005 Então essa comissão é provisória pra poder dar resolutividade nessa questão. E aí
1006 Consolação a sociedade civil ja tem dois nomes pra compor que é a Cris e .. É, vamos
1007 com calma? SIMONE – SEDESE: É vamos com calma agora é... vocês discutiram,
1008 tiveram tempo de discutir, acho melhor vocês explicarem pra nós de novo é... que

1009 comissão é essa, que objetivo, que tipo de composição, só pra gente se inteirar também
1010 do debate que vocês fizeram. RODRIGO – CRESS: Bem, a gente pensou em uma
1011 comissão paritária com o objetivo de auxiliar a mesa diretora nos estudos, nos
1012 trabalhos, nos encaminhamentos alusivos a posse dos dois conselheiros, exclusivamente
1013 a posse dos dois conselheiros. Reuni junto a casa civil também e participar junto da
1014 mesa diretora para a resolução dessa questão o mais célere possível. Mas alguma coisa,
1015 não... (inaudível) Os conselheiros que a gente pensou são daqui de BH mesmo pra
1016 justamente flexibilizar e facilitar as reuniões que a gente sabe, que é difícil marcar
1017 reunião com estas pessoas, então a gente abre uma brecha na agenda a gente tem que
1018 estar disponível pra isso. Então os conselheiros estão dispostos né? Então a gente tem
1019 essa condição, Então foram escolhidos de BH, justamente pra não ter nenhum problema
1020 de viagem, de deslocamento, dificuldade de reuni-los. E aí a sociedade civil já tirou os
1021 dois nomes também. SIMONE – SEDESE: Você pensaram na gente convidar? Ter
1022 convidados? Não? A gente podia prever convidados né? Acho que seria para o objetivo
1023 dela bastante interessante. Talvez a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério
1024 Público, gabinete do deputado ... Talvez chamar a subsecretária de participação social
1025 que o governo tem. Algum conselho ... Ó tem a OAB, mas pode chamar também...
1026 (vozes ao fundo). Só não pode ser muito convidado também. Eu acho que são entidades
1027 que vão agregar conhecimento né? (Vozes ao fundo)... RODRIGO – CRESS: Então ficou
1028 quatro convidados. Gabinete do André, Ministério Público, Subsecretaria de Participação
1029 Social e OAB não é isso? (vozes ao fundo, inaudível) CRIS – SACRAMENTINOS: Eu quero
1030 fazer uma pergunta. No caso, como nós estamos tentando tratar de um processo que
1031 nós já mesmo aí pensdando né? A judicializá-lo. O CEAS conduziria isso pra o Ministério
1032 Público, certo? O Ministério Público vai estar dentro da comissão? E não tem neh
1033 conflito não? Tá. (Vozes ao fundo - inaudível). SIMONE – SEDESE: Eu achei bem bacana
1034 uma proposta. A ideia é ter uma comissão que subsidie a mesa diretora né? Então pra
1035 subsidiar nada melhor que ter o Ministério Público a OAB pra subsidiar dizer quais são
1036 caminhos, nos dar elementos, então nesse sentido ele vai subsidiar junto com uma
1037 comissão. E também se o Ministério Público achar que não deve se intrometer eles
1038 mesmos nos alertam. Eu entendi. Talvez a gente tenha que ... porque como nós não
1039 pensamos direito, talvez uma resolução deixe uma brecha a outros que ela seja
1040 necessária. Porque pode ser que a gente que chamar uma consulta jurídica da SEDESE
1041 pra nos orientar. Mai aí deixa uma brexa. Outros convidados que comissão achar devido
1042 né? Agora tem que dar um tempo pra Consola escrever uma proposta uma proposta de
1043 resolução pra gente deliberar sobre ela. (Vozes ao fundo – inaudível). Ô João, como é
1044 que eu vou indicar... (inaudível) do governo, se eu não tive duas horas pra ficar
1045 (inaudível) com eles discutindo? Oba! MAGDA - SES: Rodrigo eu acho interessante
1046 deixar a resolução em aberto, porque a medida que essa comissão for avanssando, pode
1047 ser que a gente precise de outras pessoas para orientar que não sejam apenas aqueles
1048 ali. A gente vai começar as cegas, a gente não sabe como que é esse processo, então
1049 ela vai avanssando e as vezes a gente precisa de um advogado... por isso que eu acho
1050 que é interessante ... não fechar assim: são tantas pessoas. Vai necessitar sempre que
1051 precise de consultores. RODRIGO – CRESS: Sim. É. Consola, deixar pra outros
1052 convidados... não fechar. Vai ser assim, a proposta que a Consolação está escrevendo,
1053 nessa lógica. É acho que já pode indicar né? (Vozes ao fundo – inaudível). Bem esse é
1054 um outro imbrólio, o que que acontece: Como não é uma posse da sociedade civil, nós
1055 não vamos dar posse hoje não. Tem dois membros da sociedade civil sem a posse. Mas
1056 a gente pode deixar esta posse dela para a reunião extraordinária. Vozes ao fundo
1057 (inaudível). JOÃO CRISOSTOMO – CMAS Pirapora: Eu até sugerir a gente incluir isso
1058 dentro da nossa proposta, porque, a gente vem de longe como Montes Claros. Uma
1059 andada terrível. Ela já não veio na outra, por causa disso. Eu acho que a gente podia,
1060 pelo menos na questão da Sandra aqui gente, ainda que a gente tomou uma decisão lá,
1061 podia reconsiderar, porque de Montes Claros aqui não é tão fácil. Ela já não veio na
1062 passada né? Isso que eu tô falando. (Vozes ao fundo – inaudível). RODRIGO – CRESS:
1063 Em discussão então... SIMONE – SEDESE: Eu concordo com o João. Eu acho que uma
1064 pessoa deve dar posse a ela até pra convocá-la, ela tem direito, foi nomeada, então eu

1065 acho que já devia tomar posse. RODRIGO – CRESS: Ok conselheiros? Precisa de votar
1066 isso? Vai colocar em votação? Se dá ou não dá a posse? Pois não Márcio. MÁRCIO
1067 CALDEIRA – ASSPROM: Eu acho que a sociedade civil tinha tido um encaminhamento na
1068 proposição. É o que a gente havia discutido em todas as discussões em todos os
1069 debates. O que a gente tá no pleito aqui é pra legalizar a posse de dois conselheiros não
1070 empossados. Isso é uma questão clara. E nos nós temos uma premissa aqui que é a
1071 questão da paridade deste conselho que está na própria legislação. Nós não estamos
1072 com a paridade dentro do conselho. Não estamos porque? Porque existe uma
1073 conselheira titular que foi eleita e não foi empossada. Essa é a questão. A questão que
1074 foi colocado dentro da sociedade civil que foi feita dentro da discussão, é que o pleito
1075 não encaminharia para uma deliberação neste sentido. Essa reflexão é importante que a
1076 gente faça. Se tiver que rediscutir, a gente vai rediscutir aqui no pleno. MAGDA - SES:
1077 Eu acho que uma gente podia votar então. (Vozes ao fundo – inaudível) MARTA –
1078 SEDESE: Eu só queria lembrar que são duas situações: uma coisa é nomeação outra é
1079 posse. Estamos com uma dificuldade de dois conselheiros que não foram nomeados.
1080 Fazendo um paralelo é como ser aprovado em concurso público e não saiu a publicação
1081 que você foi aprovado. Isso é uma coisa. A posse é uma outra situação em que você tem
1082 investido daquela função. Então eu fico pensando, obtenha um publico com um concurso
1083 público aprovado, publicado pelo nome dela e ela não tomou posse. Então nós estamos
1084 cerceando o direito de uma pessoa que é nomeada de não ser empossada. Foi o que me
1085 ocorreu pra gente fazer uma reflexão. IVONE – COGEMAS: Eu também gostaria de
1086 comentar a respeito da ideia de coerência. PORQUE eu acho que nós todos não
1087 concordamos com o fato de ter gente que foi eleito e não ter sido nomeado. Então a
1088 gente tá aqui fazendo todo esse movimento todo em função disso né? Então, eu acho
1089 que se a gente toma uma atitude, a pessoa que está indicada no direito de tomar posse
1090 aqui, a gente não dá a posse, qual é a nosdsa coerência também para reenvindicar a
1091 legitimidade dos processos? Então a gente vai entrar acirrando nós mesmos, não dando
1092 legitimidade pra um processo que é regimental, sendo que a gente acordou que a gente
1093 vai ter uma comissão que vai encaminhar essa questão que todos nós achamos que está
1094 equivocada etc e tal. Então eu estou chamando a atenção para a coerência. Quando uma
1095 questão da paridade ela fica resolvida, na questão da hora da votação, com a questão da
1096 suplência. E é claro que todos os nossos queremos e estamos lutando para que seja
1097 mais breve possível pra que a gente tenha exito no processo de nomeação dos que não
1098 foram nomeados. SIMONE – SEDESE: Eu também fiquei preocupada com essa fala do
1099 conselheiro Márcio de que uma sociedade civil discutiu e avaliou que esse conselho não
1100 tem paridade. Então tem que ver ... (Vozes ao fundo – inaudível) É porque é uma coisa
1101 séria, é uma ilegalidade não ter paridade né? Tem três coisas que estão na lei: Têm que
1102 ser paritário entre governo e sociedade civil, tem que ser deliberativo e permanente,
1103 três coisas que são obrigatórios pro conselho. Então eu penso que se não tem paridade,
1104 ou se a paridade tá descrita, conceituada no regimento interno como o mesmo numero
1105 de conselheiros da sociedade civil e do governo, titulares e suplentes, ou o conceito de
1106 paridade é o mesmo número de conselheiros em condições de votação? Que faz
1107 bastante diferença. Porque aí Rodrigo nem eu nem você podemos ser nem presidente
1108 nem vice. Acho melhor a gente terminar a reunião do conselho até que se institua a
1109 paridade. Aí é diferente, bem diferente. RODRIGO – CRESS: Cris, depois a Soyla e
1110 depois você Marcio. MÁRCIO - ASSPROM: Acho que na emoção da palavra a gente fala e
1111 não contextualiza corretamente a noção do que a gente quer pensar, falar. Quando eu
1112 coloco a questão da paridade é muito claro pra mim que isso é descrito na lei, isso é um
1113 objeto do lei que o conselho tem que funcionar de forma paritária. A partir do momento,
1114 eu tenho que, em condições de titularidade, realmente o conselho tá assumindo seu
1115 papel paridade. Mas o que está por trás do papel aqui é que eu sou suplente de uma
1116 entidade que não foi empossada. O ponto de vista da participação social existe uma
1117 ilegalidade nesse processo, ao meu juízo. Então eu não tenho competência pra assumir a
1118 minha titularidade aqui. Porque existe um processo que pra mim, conselheiro Márcio,
1119 teve uma eleição, a titular não foi empossada, e o suplente tá assumindo uma
1120 titularidade. Isso mim pra mim tá incorreto. Então nesse sentido que eu coloco uma

1121 interrogação sobre uma paridade. Porque existe um objeto anterior a este papel aqui de
1122 condições de titularidade da qual ele não ta resolvido, não ta claro. Porque eu não
1123 assumo o meu papel de titularidade porque meu titular é impedido de tomar posse. Por
1124 isso eu coloco a questão da paridade ok? CRIS – SACRAMENTINOS: Eu estou
1125 contemplada na fala do Márcio... eu vou dizer... SOYLA – CMAS Paracatu: Acho que o
1126 meu é mais duvidas mesmo. Quando a gente compreende quem esta em condições de
1127 titularidade e os titulares, a gente come pensa inicialmente porque os dois conselheiros
1128 que não foram nomeados né? A Janita e a associação, colega da associação, ele estava
1129 em condição de titularidade né? Ah era suplente? Ah tá! Porque eu ia falar assim, os dois
1130 suplentes deles assumiram, Então ta paritário nesse sentido. A gente tem que avaliar se
1131 isso cabe ou não cabe. Essa que é a complexidade. Num conselho municipal, a pessoa
1132 com titularidade e quem tá em condição e quem é titular. IVONE – COGEMAS: Eu não
1133 sei, mas assim, nós começamos discutir sobre dar posse a conselheira ou não. E depois
1134 partimos por outra questão que é uma titularidade e tal. Eu sou mais da linha de
1135 Simone, que é dar posse a conselheira, essa questão da paridade a gente decidir aqui,
1136 por exemplo, se nós somos conselheiros que são da sociedade civil que não tomaram
1137 posse, a gente olha uma titulação pelos votos. Se vai votar 8 da sociedade civil vota 8
1138 do governo. Ai a gente tá atentando pra questao da paridade. Então um do governo
1139 ficaria sem votar. Ai a gente daria posse a conselheira porque ela ta legitimada e pra
1140 gente assegura que a paridade nas reunioes é a gente vê os votos da sociedade civil, aí
1141 vai votar o governo na paridade.MAGDA – SES: Foi tao produtivo essa discussão que a
1142 gente teve aqui né? A respeito de não titularidade dessa pessoa. O tanto como uma
1143 gente tá revoltada, todos nós não somos uma sociedade civil, achou que isso é indevido.
1144 O que o jurídico fez, a gente vai fazer a mesma coisa? Deixar de dar posse a uma
1145 pessoa que realmente foi eleita do jeito que a gente falou aqui. Eu não vejo porque uma
1146 colega que veio, foi legitimamente indicada, vir pra cá e não ser indicada, e não ter
1147 posse, tá? E é isso que ela falou, Aí faz o voto pelo número de pessoas até resolver uma
1148 situação. Mas a situação da nossa colega ... Se a gente reforçar tudo o que se falou, é
1149 exatamente uma pessoa vai fazer igual ao jurídico. Não vai dar posse a uma pessoa? No
1150 direito dela. É uma mesma coisa que a gente tá criticando uma gente vai fazer? ARLETE
1151 - GRAAL: Eu percebo que a nossa discussão vem avançando porque na verdade nós não
1152 estamos dando conta de lidar com uma subjetividade que isso representa. A situação de
1153 Ruanita e da outra conselheira é a mesma. Agora, na medida que nós ... Aí me lembra
1154 quando a gente professor vai fazer greve. A comunidade fala assim "mas estes
1155 professores são irresponsáveis, como é que ficam os meninos?". Eu falo, "os meninos é
1156 problema seu, seu filho. A luta do professor é muito mais do que não ter aula pro seu
1157 filho". E isso aqui é muito bom porque a gente sai daqui altamente politizado. A gente
1158 sai daqui mais fortalecido, mas a gente tem que também começar a tentar
1159 compreender, ou se já compreendemos e não damos conta de dizer porque a
1160 conselheira não foi nomeada. Não estou defendendo ela até mesmo não precisa disso dá
1161 conta disso sozinha. Eu to trazendo isso pra nossa reflexão no sentido da gente se ater
1162 no pretexto, porque o texto tá aí. Quais são os pretextos? Eu não sou contra que nomeie
1163 a conselheira não. Pelo contrário, eu sou um favor que foram eleitos sejam nomeados.
1164 Agora, a gente tem que entender o que o governo quer quando ele liga duas pessoas de
1165 um grupo que foi eleito democraticamente, liga duas pessoas ou talvez pudesse ser mais
1166 e diz "essas não podem"Então a gente errou no processo". CRIS – SACRAMENTINOS:
1167 Então, é assim, eu acho que é uma reflexão que nós temos que fazer. Eu to vendo aqui
1168 como discussões. A discussão que nós temos que fazer é inclusive como nós vamos
1169 votar aqui por que nós não estamos falando só de um CEAS que concorda o tempo todo
1170 entre pares. Nós não concordamos nem entre pares em alguns momentos. As vezes eu
1171 não concordo com meus colegas de entidades que estão aqui representando entidades.
1172 Em algum momento enquanto sociedade civil e governo nós também vamos não
1173 concordar e que bom que isso acontece. E e outros momentos nós vamos concordar
1174 absolutamente. Mas e no momento em que nos não concordarmos e que a grande
1175 maioria que tomou posse for de governo? O governo vai votar tranquilamente com
1176 relação a isso? E com relação a defesa do processo da sociedade civil? A questão das

1177 condições eu acho que tem que ser pra todos. Eu acho que estamos neste momento
1178 enquanto a sociedade civil em condições de fragilidade de voto. Nós temos um
1179 conselheiro aqui que foi nomeado, tomou posse e não se sente em algum momento
1180 confortável e legítimo pra votar. O processo não assegura isso pra ele. Então eu acho
1181 que o que estamos falando aqui e eu falo pra conselheira do qual a gente tá falando da
1182 posse que a reflexão é muito maior. É uma reflexão de um momento nos vamos ser
1183 contrários e que seja saudável e que eu tenha tranquilidade de saber que o outro lado,
1184 enquanto sociedade civil, enquanto governo, tem as mesmas condições como um voto e
1185 pra uma disputa que eu. E nesse momento a sociedade civil não está. Nós somos com
1186 dois representantes a menos, se todos acompanharam a minha suplente inclusive, foi a
1187 demitida essa semana. Eu já compartilhei com meus pares e eu adiei uma viagem pra
1188 estar aqui hoje porque eu não podia faltar, o companheiro ali que não tem suplente sabe
1189 que ele teria que vir. Então a gente tá do nosso enquanto a sociedade civil pra estar aqui
1190 compondo esse pleno. Agora, também não temos condições de compor este pelo e votar
1191 , com a mesma legitimidade que hoje nos nossos conselheiros governamentais com a
1192 sua maioria imposta. A questão aqui não é de dizer que nos estamos querendo penalizar
1193 alguém porque nos fomos penalizados. Em hipótese alguma. A questão que nos
1194 queremos é discutir as condições. Porque senão a gente perde na legitimidade aqui na
1195 disputa de voto. Então eu acho que isso é uma reflexão que a gente precisa fazer. Posso
1196 ter que amadurecer mais sobre ela, mas ao meu ver o horizonte pra mim é esse. É
1197 hipótese alguma vez contrária a posse da conselheira. Sou um favor da nomeação dos
1198 legítimos conselheiros eleitos em conferencia. RODRIGO – CRESS: Pois bem, então nós
1199 temos duas situações: a posse ou não da conselheira. MARIA DO CARMO – CMAS
1200 Leopoldina: Eu acho que são duas discussões diferentes. Uma posse dela clara a ser
1201 dada hoje. Uma discussão que foi levantada em seguida é uma paridade. Eu tenho uma
1202 sugestão. Tem dois governamentais a mais do que dois não governamentais. Seria dado
1203 posse a ela. Eu me abstenho e combino com ela um voto já de governamental até que é
1204 isso fique equilibrado a gente não vota, a gente participa de reuniões sem votar eu e ela.
1205 Mas uma posse dela eu acho que tem que ser dada. Eu convido um outro representante
1206 governamental pra ver se faz uma mesma ... para que o conselho prociga... então, se ue
1207 sair e se ela toma posse ela teria direito a voto. Ficaria combinado eu e ela nós não
1208 vamos votar com o conselho fique paritário. Mas seria necessário um outro
1209 governamental abrir mão disso pra ficar paritario. Eu posso colaborar dessa forma.
1210 RODRIGO – CRESS: Consolação depois Deborah e depois Marleide. CONSOLAÇÃO: Gente
1211 eu peço desculpas novamente ainda mais meu papel é esse e é técnico mesmo. Não
1212 existe deliberar por dar posse ou não a uma pessoa. É direito dela, ela foi nomeada. É
1213 direito dela, ela tá aqui, a obrigação da presidência do conselho e dar posse. A mesa já
1214 está aqui. Não existe. Isso não é matéria de deliberação. É um esclarecimento. Então eu
1215 estou chamando o regimento interno. MARLEIDE - Cons. Reg. Psicologia: Eu queria só
1216 colocar aqui, lá sobre esta questão quando a gente falou de não dar uma posse estava
1217 dentro da ideia de não cumprir nada da pauta. Vamos compor uma mesa diretora e no
1218 mais travar a pauta. Isso não foi discutido. Isso não foi discutido: ah, não vamos dar a
1219 pauta, porque não tem paridade... isso não foi discutido né gente? Pelo menos foi o que
1220 eu entendi. RODRIGO – CRESS: Pois bem então conselheiros a Consolação disse tudo. A
1221 Marleide resgatou uma discussão, acho que não tem discussão mais. Então vamos
1222 encaminhar pra posse da conselheira. MAGDA – SES: Eu queria apenas falar mais uma
1223 coisa. Eu Quería só perguntar a Consolação. A questão aqui é a questão da paridade.
1224 Essa sugestão que ela está dando é possível? (Vozes ao fundo – inaudível)
1225 CONSOLAÇÃO: Gente que eu acho que tem questões ... Eu entendi que opções que a
1226 mesa diretora pode ter de não levar determinados encaminhamentos. Agora essa é uma
1227 matéria que não tem essa decisão. Que é um direito da conselheira, ela foi nomeada é
1228 um direito de tomar posse em uma plenária. Regimentalmente não é uma matéria que
1229 tem uma opção. RODRIGO – CRESS: Ouvindo todas as questões então Consolação?
1230 Como procede a pauta? Como procede a posse? (Vozes ao fundo – inaudível) Qual o
1231 nome dela completo? Conselheiros, sociedade civil. Eu sei o que vocês estão pensando.
1232 É o que a Deborah falou. Ela pode inclusive nos acionar judicialmente. Há questões que

1233 são sim de deliberação e que a gente vai cumprir, outras não. É isso? MARIA JUANITA:
1234 Então pessoal, eu acho que a gente tem que ter muito calma nessa hora né? Nós viemos
1235 de uma discussão de duas horas onde não foi falado o que era pra falar e depois foi
1236 falado. E o que não era pra falar e foi falado era que a pauta seria travada, de forma
1237 politicamente, mas ela seria... E a posse da conselheira está dentro da pauta. Inclusive,
1238 nos tínhamos definido inclusive se isso não acontecesse então nós temos que subir de
1239 novo pra nova discussão. Porque ate então foi isso que era nossa discussão. DEBORAH –
1240 SEDESE: Tá na minha hora da inscrição, pode falar Presidente? Quem quiser falar
1241 inscreve, não é isso? (vozes de fundo- inaudível) Eu queria ir por um outro caminho
1242 também, além dessa discussão, ponderando um pouco o que o Márcio colocou aqui essa
1243 questão da paridade. Já é a gente compreendeu que a paridade do ponto de vista legal
1244 esta garantida. Eu vi um pouco do que a Cris falou, que tem essa questão da suplência.
1245 De qualquer forma, vai sacrificar mais os suplentes porque as vezes ele vai ter que vir
1246 porque tem uma sociedade civil como um todo. Compreendendo e entendo. Mas esse é o
1247 meu ponto de vista, vamos dizer assim que não é da legalidade. A legalidade da
1248 paridade tá garantida. A partir desse ponto que eu quero colocar: Aí eu quero trazer
1249 outro ponto também. A Cris falou, tem hora que a gente vai concordar, tem hora que é
1250 outro segmento. Que tem hora que é uma concordância e uma hora que não vai
1251 concordar. Eu concordo com isso porque assim, pra ser um ponto pra gente pensar
1252 nenhum dos dois seguidores são monobloco no sentido de que os representantes
1253 governamentais, tem aqui representante que é do estado, tem representante dos
1254 municípios, tem representante que são dos conselhos. Então assim, nós estamos aqui
1255 impedindo a posse de um representante governamental de conselho. Ela foi eleita. Então
1256 ela teve que concorrer. Então, assim tem um processo democrático aí por detrás que a
1257 gente tem que reconhecer. E eu em absoluto vou me sentir com muita incoerência. Acho
1258 que a gente tem que prezar pela coerência. Se nós todos estamos militando pelos
1259 direitos da Juanita e do outro conselheiro, pelo direito do conselheiro ser nomeado, por
1260 que ele foi eleito. Mas não podemos faer isso gente..E aí como a Consola falou,
1261 nomeação é pauta. A gente chega aqui pra ser nomeado. Então nós estamos numa
1262 plenária e acho que a gente tem que garantir. E eu não me sentiria nada a vontade de
1263 ter um processo judicial contra nós. Por que não não estamos cumprindo...Com que
1264 moral nós vamos fazer a discussão; das nomeações e dos processos que não foram
1265 efetivados pelo governo estadual, se a gente está fazendo o mesmo? Temos que chamar
1266 pra esse tipo de reflexão. CONSOLAÇÃO: Gente, nós colocamos, eu até pedi pra descer
1267 pros conselheiros. Pra refrescar a memória. Todas as pautas que a gente de posse de
1268 conselheiro, nenhuma vem em pontos para deliberação elas vem sempre acima. Se
1269 vocês observam eu sempre trouxe. Ai eu falo que existe conselheiros aqui que já foram
1270 presidentes do conselho e sabem disso, uma gente sempre colocou que participou de
1271 construção de regimento interno deste conselho. E ela sabe. A gente coloca no inicio
1272 aquilo que não é ponto de deliberação. A gente coloca pontoe e pontos de entrega. A
1273 nomeação é direito. E não é matéria. A posse não é matéria de deliberação. Não tem
1274 isso no regimento interno de deliberação sobre posse de conselheiro.GILBERTO -
1275 COGEMAS: Primeira coisa eu respeito muito uma sociedade civil inclusive uma minha
1276 esperança é muito mais nas sociedade civil do que nos governos atualmente sabe? De
1277 verdade, estou falando sinceramente. Mas eu acho que a gente tem que superar essa
1278 cultura do toma lá dá cá. Se não nomeou a sociedade civil, então não vamos nomear o
1279 governo. O dia que tem impedimento de paridade que é legal...no começo da reunião
1280 pede questão de ordem, porque isso é justo: "peraí, tem mais governo do que sociedade
1281 civil porque tem mais nomeações aqui". A gente tem que fazer uma discussão. A gente
1282 ta numa politica de proteção social e gente quer uma conselheira de tomar posse.
1283 Proteção social pra quem? Eu acho que a gente tá caindo naquela história né? O governo
1284 erra e nós vamos errar também. Com coisa que dois erros garantem um acerto. Então
1285 eu acho que é uma estupidez, eu quero pedir licença. Eu acho que a sociedade civil tem
1286 as suas razões, mas na minha concepção a gente tá penalizando a conselheira. Um
1287 sentimento de toma lá da cá. Eu acho que é preciso uma reflexão. Que isso vai parar na
1288 nossa vida. Vamos fazer o que é legal. Se tá ilegal a paridade a gente discute no pleno.

1289 A paridade está ilegal, o conselho não pode funcionar e a gente vai pra outras pautas,
1290 sei lá, gente tá trabalhando coisa hipotética... MÁRCIO-ASPROM: Eu acho que tá tendo
1291 uma falta de esclarecimento por parte da sociedade civil e talvez uma compeenção
1292 equivocada também de outros conselheiros. Porque em momento alguma a gente quer
1293 deslegitimar o direito da conselheira. Isso não passou em hipótese alguma pela
1294 discussão da sociedade civil em relação a legitimidade dela enquanto conselheira aqui.
1295 O que a gente tá colocando é que há um travamento da pauta. O que a sociedade civil
1296 entendeu é que aqueles pontos que estão apresentados ali naquela projeção eles
1297 compõem a pauta. Nesse sentido a pauta não andaria. Está travada. Neste sentido. Em
1298 momento nenhum momento passa por discussão do processo democrático do direito
1299 aqui. Em momento algum a sociedade está indo contra este direito. O que foi colocado
1300 aqui é: foi feita uma eleição da mesa, com o bloco da proposta que chegou aqui. Essa
1301 que foi uma compreensão de uma sociedade civil. Eu acho que não existe na sociedade
1302 civil uma política de toma lá da ca. Nós não estamos com o comportamento de sermos
1303 igual ao que aconteceu aqui. O que esta sendo colocando é uma questão do
1304 entendimento se aquilo dali é uma pauta. Essa é a questão. O que é uma secretaria
1305 executiva traz aqui é este ponto especificamente não é deliberativo. Mas ele está
1306 compondo a pauta? Está bem. É esse o ponto. É muito importante clarear essa questão.
1307 A gente não esta deslegitimando o processo. A gente tá defendendo o acesso à
1308 democracia como qualquer outro conselheiro. O que a gente quer é que se tenha o
1309 andamento dos processos, que seja legitimado a sociedade civil, e que dentro da
1310 proposta que foi trazida aqui não haveria nenhum andamento da pauta. É neste sentido.
1311 Então eu gostaria de muita compreensão dos conselheiros aqui, que não existe atitude
1312 revanchista da sociedade civil em relação a não posse dos dois conselheiros da
1313 sociedade civil. Em hipótese alguma isso passou pela discussão da sociedade civil.
1314 SOYLA - CMAS Paracatu: Eu compreendo toda a sua fala viu? Mas eu compreendo
1315 também que a ação pra nós descrita não tá condizente entende? Uma falta de
1316 compreensão, de entendimento, de dialogo. Mas outra coisa: eu não vou pra Paracatu
1317 sem falar essa seguinte frase: justiça não se faz com injustiça. Quebrando o regimento
1318 interno a gente não é ninguém pra falar daqueles que quebram a constituição porque é
1319 nos pequenos gestos que a gente mostra nossa ação a nossa personalidade e nosso ser
1320 inteiro entende? Então eu não sairia daqui sem falar isso. Vamos respeitar nosso
1321 regimento interno e vamos ser conselheiros que a gente fez um juramento. Só isso só,
1322 obrigada. SIMONE - SEDESE: Eu quero agradecer ao Márcio pela explicação dele, porque
1323 senão traz um precedente pro conselho que é o precedente do pleno decidir se ele vai ou
1324 não dar posse. Foi muito importante essa fala e clareou bastante para nós. E isso é tão
1325 perigoso, nós não podemos dizer pra conselheira "entra na justiça". Não podemos. Nós
1326 temos que trazer essa competência também para a comissão. Ai a comissão vai orientar
1327 na presidência para entrar contra nós mesmos. Obrigado Márcio acho que você foi muito
1328 feliz na sua fala e esclareceu a questão. Aí diante do que o Márcio colocou então nos
1329 temos que clarear dois pontos. Primeiro: isso é ponto de pauta ou não? Segundo: em
1330 não sendo ponto de pauta nós podemos então votar na resolução? É uma questão. Essas
1331 duas questões tem que ser clareadas para gente seguir. Porque senão sem essa decisão
1332 a gente não conversa mais nada. Aí nós vamos embora. Tem um sol lá fora. MAGDA -
1333 SES: Eu queria só esclarecer que não foi uma falta de entendimento não Marcio. Porquê
1334 você falou não vamos dar posse porque vai ficar paridade. Então assim, a gente
1335 entendeu isso. Ah, então é porque você corrigiu, é porque eu entendi isso. Mas assim
1336 ok, você esclareceu. Não foi falta de não entendimento. IVONE - COGEMAS: É, acho
1337 assim, a reunião tá indo e as pessoas às vezes não conseguem colocar clareza. Eu acho
1338 que se tivesse claro que a gente não ia entrar no ponto de pauta, ia estrategicamente
1339 não aprovar a pauta de hoje... O conselho também pode, aprovar ou não a pauta. Tá
1340 com dificuldade é isso. Porque não teve clareza nesse nicho. Já entrou no primeiro ponto
1341 de pauta. Posse ou não ta conselheira. Já estava no primento ponto de pauta. Ah, não é
1342 pauta, mas já estava no primento item já. Eu acho que essa dificuldade porque se a
1343 proposta da sociedade civil tá trazendo que é estrategicamente não conduzir as
1344 discussões que estão colocadas. Aí sim, eu acho que a gente devia ter clareza. Porque?

1345 Qual que é a finalidade de não conduzir? É uma estratégia? Essa estratégia é a melhor?
1346 Vamos votar aqui sim ou não. Eu acho que tá faltando isso. Encaminhamento nas
1347 discussões que estão sendo feitas. Eu não senti clareza na sua colocação no início como
1348 ela falou. Na verdade não foi essa que você trouxe agora. Que estrategicamente a
1349 sociedade está com uma proposta de inviabilizar a pauta do conselho hoje, que a gente
1350 ia ter outra pauta, que seria a da comissão que vai viabilizar discussão da posse ou não
1351 dos conselheiros. Eu acho que ficava mais claro. Eu tenho um ponto de vista meu. Eu
1352 acho que o conselho com essa atitude nós não estaríamos bancando a mudança do
1353 governo. E outro nós estaríamos dando um tiro no nosso pé mesmo. O conselho é
1354 nosso, nós temos que agir no conselho, agente tá impedindo o conselho de funcionar,
1355 nós mesmos, de dar continuidade nas pautas, nas pendências que tem que ser feitas.
1356 Não que eu vou dar continuidade, que eu vou impedir que o conselheiro tome posse. Aí
1357 outra decisão seira constituir a comissão que vai negociar a posse das conselheiras. Eu
1358 não vejo uma estratégia de impedir as ações do conselho vai mudar as decisões do
1359 governo. RODRIGO – CRESS: Ok. Nós temos ainda a Marta, a Cibele e Elerson pra falar.
1360 Podemos encerrar no Elerson, ou mais alguém tem... MARTA: Acho que na linha eu só
1361 queria complementar o seguinte. A pauta dessa plenária é o relato da comissão. Foi isso
1362 que foi encaminhando pra todos os conselheiros. O que a secretaria executiva trouxe pra
1363 clarear pros conselheiros, é que estavam acumulando pendências no conselho de
1364 decisões que precisavam ser tomadas, e que a gente passou a projetar ali e usar como
1365 referencia que aqueles pontos precisariam ser organizados para organizar os trabalhos
1366 do conselho. Então ali tá claro que são pendências não é uma pauta. E duas coisa: a
1367 pauta do conselho é mais ampla como a Ivone disse do que uma pauta de plenário
1368 também. Ela tem uma pauta política, uma pauta de decisões que estão precisam ser
1369 tomadas, que não são todas ali. Se a gente fosse escrever ali seria mais ampla e com
1370 muito mais questões fazendo hall ali. Eu só queria complementar nesse sentido. Não
1371 fazer confusão não, tá? RODRIGO – CRESS: Gabriela. Desculpa viu Gabriela, tava te
1372 chamando de Cibele. GABRIELA - SEPLAG: Eu sou muito pragmática eu acho que a
1373 gente tá perdendo tempo e não conseguindo discutir a questão dos dois conselheiros e
1374 como a gente vai viabilizar a posse deles. Eu acho o seguinte: se a gente tem uma pauta
1375 pra discutir que foi definida inclusive com a sociedade civil que é a pauta da resolução,
1376 e é obrigatório dar posse porque não é ponto de pauta, a gente só pode discutir a pauta
1377 se a gente fizer o que e obrigatório dentro da reunião, então ou a gente faz o que é
1378 obrigatório e discute a pauta ou a gente não faz nada. Não tem uma outra opção. Não
1379 tem como discutir a pauta sem fazer o que é obrigatório dentro da reunião. Porque a
1380 gente tá fazendo uma reunião com uma certa ilegalidade porque a gente tá fazendo o
1381 que é obrigatório. É como se a conselheira que tem direito de tomar posse estivesse em
1382 uma reunião que está transcorrendo com toda naturalidade com uma pauta, e ela não
1383 foi empossada. Ou a gente faz o que tem que fazer, que é o legal ou a gente vai embora
1384 e não faz nada. E eu acho que ir embora e não fazer nada... depois de tudo o que nós
1385 discutimos aqui... RODRIGO CRESS: Elerson. Depois é a Cris. Cris eu já vou te passar o
1386 microfone de uma vez. ELERSON - Cáritas: Eu queria só fazer uma sugestão de
1387 encaminhamento dos meus companheiros da sociedade civil. Eu cheguei nom final da
1388 discussão. Quando vocês deliberem uma estrategia você faz a partir da realidade que
1389 se coloca e a partir das informações que se tem. Conversando com algumas pessoas
1390 parece que apareceu um elemento novo aí. A proposta que eu colocaria, pedindo um
1391 pouco da tolerancia do setor governamental, no sentido de a gente conversar cinco
1392 minutinhos. Até pra que a gente caminhe. Porque eu to percebendo que há um impasse.
1393 Quem chega depois acaba sofrendo por causa disso. CRISTIANE - Sacramentinos: Bom
1394 eu acho que a gente tem que ouvir a proposta das pessoas, as reações não precisa ser
1395 dessa forma, mas eu fico pensando que o que aconteceu de fato aqui é que a gente se
1396 perdeu. A gente se perdeu numa discussão de isso é assim e isso é aquilo. O que nós
1397 trouxemos como proposta que ficou muito nitido pra todo mundo... O moço, presidente
1398 do galo fazia isso... no mineirão, mas enfim, endendeu? (Risos). Que a Simone
1399 conseguiu amarrar, e de falar, não gente eu entendi , tirou até o micrífone e
1400 disse...que... ó não podia ter falado... num tirou não desligaram (Risos). Enfim gente,

1401 quem entendeu o que a gente estava dizendo...Quem entendeu o que a gente estava
1402 dizendo com relação as pautas. O que estamos falando aqui não é de posse e não posse.
1403 É de pauta. Na pauta nós não vamos tratar a pauta, vamos tratar uma situação que é
1404 esta. E que nós trouxemos como proposta de encaminhamento a criação de uma
1405 comissão. Essa será a pauta de hoje. É isso. A gente se perdeu. Na verdade nós não
1406 temos que dizer de posse. Até porque, se a gente olhar bem o que nós recebemos de
1407 pauta é isso aqui ó. Aquilo ali não é pauta aquilo ali é pendência que foi uma deliberação
1408 da comissão que nós nos reunimos no dia primeiro, e disse: "é importante levar para
1409 pleno todos os pontos de pendencia no CEAS". Agora, nós podemos aqui votar a partir
1410 de agora que a mesa diretora existe, a pauta de hoje. Isso que é a questão. Aí nós
1411 enquanto sociedade civil já temos a nossa discussão, nós vamos votar a partir das
1412 discussões que a gente fez. E aí é pensar dentro disso o que a gente vai fazer. É nisso
1413 que eu acho que a gente se perdeu. Eu fui fazer uma defesa, o outro foi fazer uma
1414 defesa, e acabou se predendo, mas eu acho que o eixo que a gente se perdeu e tem que
1415 discutir qual é a pauta de agora? Porque a de hoje já foi vencida. Agora a gente tem
1416 uma mesa diretora que a gente pode pensar a de hoje e a sociedade civil já tem a sua
1417 proposta. RODRIGO – CRESS: Só antes de passar a palavra pra Debora em cima do que
1418 a Cris falou a gente de fato quando trouxe a proposta falou que trataria da questão da
1419 posse dos conselheiros. Da posse não, perdão, da nomeação dos conselheiros, convocar
1420 plenaria extraordinaria, e incluir a resolução que já tá pronta aqui, Consolação já fez a
1421 resolução, falta a gente indicar o nome da sociedade civil, e acionar o MP. Então essa
1422 teoricamente foi a proposta de pauta que a sociedade civil traz... A proposta de pauta
1423 que a gente traz pra esse pleno com a mesa diretora. Vou passar pra Débora, e depois
1424 da palavra da Débora eu encerro pra gente poder encaminhar a questão. DEBORAH -
1425 SEDESE: Eu só queria complementar acho que a Cris esclareceu aí, porque eu acho que
1426 complicou mesmo. Agora eu to entendendo o que você falou. A gente elegeu a mesa
1427 diretora, temos a uma mesa diretora e temos uma plenária então a gente tá funcionando
1428 de acordo com o que é uma plenária. Então a plenária é soberana pra votar qual que é a
1429 pauta. Aí só lembrando, porque segundo o que a Consolação nos explicou a posse não é
1430 pauta. Então já que estamos em plenária, e estamos com a mesa diretora, a gente dá a
1431 posse e vota a pauta. É isso que ela me explicou. Ela falou que toa plenária trouxe aí...
1432 Posse a gente tá instalando a plenária. Se a plenária está sendo instalada com a mesa
1433 diretora a gente tá a posse e vota a pauta. MAGDA - SES: É só pra clarear que não tem
1434 nem pendência né? Ela só não tomou posse porque ela não estar presente na reunião
1435 anterior. Se hoje nós tivéssemos aqui no momento anterior ela teria tomado posse ela
1436 só não pode estar presente. Não tem anda pendente em relação a ela, nada que motive
1437 ela a não tomar posse. RODRIGO – CRESS: Então nós temos duas propostas. Uma
1438 proposta de pauta sem a posse uma proposta de pauta com a posse. É isso
1439 conselheiros? Gente, a pauta é: eleição da mesa diretora que já foi feita, convocar
1440 plenária extraordinária para 9 de março, instituir a comissão através de resolução, e
1441 acionar o MP. Essa é a pauta que a sociedade civil traz. Essa é a nossa pauta. Ok? E tem
1442 a pauta com essas questões mais a posse da conselheira. A posse é pauta gente. Não é
1443 deliberativo. Eu posso decidir se eu vou por ou não na pauta. Posso. Nós estamos
1444 pedindo pra... Então vamos o seguinte: a pauta tem a posse nós da sociedade civil
1445 estamos pedindo pra suprimir esse ponto de pauta. Pronto. Entenderam? Nós estamos
1446 votando a pauta com a supressão da posse da conselheira. Ou não. Então eu vou colocar
1447 em votação. Estamos esclarecidos? Conselheiros pra votar. Sociedade Civil? Governo?
1448 Vamos lá. Então eu vou colocar em votação, vou novamente trazer a proposta a pedido
1449 da conselheira Cristiane. A pauta que a sociedade civil está trazendo é: convocar
1450 plenária extraordinária com a participação da casa civil. Convocar a casa civil pra vir.
1451 Institui por meio de resolução e acionar o MP. Consolação pediu questão de ordem.
1452 CONSOLAÇÃO: Nós estamos utilizando termos errados. O conselho não tem competência
1453 pra convocar a casa civil. É um convite. E duas semanas eu acho que a gente já está
1454 inviabilizando a participação da casa civil. A gente sabe que em questões de agenda até
1455 pra gente fazer isso pra viabilizar tudo isso. Eu acho que a talvez a própria plenária
1456 ordinária a gente teria tempo inclusive pra própria comissão, a mesa, talvez a mesa e a

1457 comissão se reunir antes, e a gente possa talvez até ter outros encaminhamentos até de
1458 ir lá e pedir o atendimento. Porque chamar isso e achar que em duas semanas eu acho
1459 que a gente já está inviabilizando essa participação. Vai falar até em questão de tempo..
1460 De organizar a agenda. RODRIGO – CRESS: Ok. Então nos temos com relação a data eu
1461 acho que fechar a data a gente pode fechar depois de votar a pauta. Porque a gente
1462 debateu na sociedade civil essa data, mas tem razões pra escolha dessa data, mas
1463 depois a gente abre pra isso senão a gente não vai sair do lugar né? Eu acho que
1464 questão que a gente tem que aprovar a pauta. A pauta então lembrando: convocar uma
1465 plenária extraordinária com a participação da casa civil. Instituir por meio de resolução
1466 uma comissão especial provisória, que a resolução já está feita aqui, Consolação já me
1467 passou e acionar o MP. Não está portanto nessa pauta que a sociedade civil está
1468 trazendo a proposta de posse de conselheiro. Esta é a proposta. A pauta dois, seria essa
1469 mesma proposta, com a posse da conselheira. Estamos esclarecidos? Alguma questão
1470 com relação a pauta? Podemos votar? (Vozes de fundo - inaudível) MAGDA - SES: Acho
1471 que a pauta já foi lida várias vezes que foi trazido pela sociedade civil. Eu queria propor
1472 da gente introduzir a recomposição das comissões temáticas, porque com isso também
1473 além da comissão provisória a gente já adianta os trabalhos do conselho para as
1474 plenárias subsequentes. Eu não sei se vocês já discutiram isso... Dá mais um tempo. Só
1475 estava pensando de a gente dar mais um pouco de celeridade dos espaços que
1476 compõem, plenário, comissão temática, mesa diretora, são órgãos do conselho.
1477 Estruturas do conselho. RODRIGO – CRESS: A discussão que teve pra gente é ponto
1478 pacífico, é que não, que a gente não vai hoje recompor as comissões a princípio. Eu
1479 posso obviamente fazer uma terceira proposta, incluindo toda a pauta e colocando a
1480 composição. (Vozes de fundo – inaudível). Eu pensei nisso, mas aí eu acho que são três,
1481 porque aí seria com a posse da conselheira e com a mesa. Ficaria uma somente com a
1482 posse, porque aí alguém pode não concordar na comissão mas pode concordar com a
1483 posse. (Vozes de fundo – inaudível) DEBORAH - SEDESE: Eu acho que tem que ser
1484 separado, senão a gente divide as propostas e às vezes a pessoa é a favor de uma coisa
1485 e não. Então votamos as duas pautas E depois a gente vota se inclui na pauta a questão
1486 da comissão ou não. Que aí a gente deixa isso com um apêndice e faz como uma
1487 segunda rodada de votação. RODRIGO – CRESS: Bem eu acho a proposta muito melhor
1488 e eu acho que estamos de acordo com a proposta da Débora né? Então vamos lá,
1489 novamente a pauta uma seria convocar extraordinária, instituir por meio de resolução a
1490 comissão e acionar o MP. A outra seria a mesma coisa, com a posse da conselheira. Ok?
1491 Então proposta um: sem a posse, proposta dois: com a posse. Quem é favor da
1492 proposta um? (Vozes de fundo – inaudível). Conselheiros que aprovam, vou ler de novo
1493 então: convocar a plenária extraordinária, instituir por meio de resolução a comissão
1494 provisória e acionar o MP, posse da conselheira. Esta é a proposta dois. (Vozes de fundo
1495 – inaudível). Então não tem posse de conselheira hoje. Ok? Consolação já fez a
1496 proposta, ficou simples e objetiva e eficiente como sempre Consolação. (Vozes de fundo
1497 – inaudível). Parabéns Murilo. Então Resolução 616/2018 CEAS dispõe sobre a criação
1498 da comissão provisória especial. O conselho estadual de assistência social de Minas
1499 Gerais (CEAS-MG) no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 13 da lei estadual
1500 12.662, de 23 de julho de 1996 e pelo regimento interno do conselho e considerando a
1501 deliberação da sua ducentésima trigésima reunião plenária ordinária, realizada no dia 23
1502 de fevereiro de 2018 resolve: fica criada a comissão provisória especial com o objetivo
1503 de apoiar e subsidiar a mesa diretora do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS
1504 nos encaminhamentos relativos as nomeações dos dois conselheiros da sociedade civil. A
1505 comissão provisória especial terá as seguintes composições: representante da sociedade
1506 civil: Cristiane Isabel Felipe e Márcio Caldeira. Representantes do governo: (Vozes de
1507 fundo – inaudível). SIMONE – SEDESE: Quero indicar Marta Silva e Camila Rita da
1508 Silva. RODRIGO – CRESS: Parágrafo único: serão convidados a compor a comissão,
1509 Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seção Minas Gerais, Ministério Público do Estado
1510 de Minas Gerais, gabinete do deputado estadual André Quintão, secretaria de
1511 participação SEDPAC. Essa resolução entra em vigor na data da sua publicação.
1512 Consolação ficou faltando colocar aqui... Que a comissão poderá convidar

1513 outras...ampliar o número de convidados para subsidiar seus trabalhos. CRISTIANE –
1514 SACRAMENTINOS: Então as partes, no caso as entidades elas poderia estar presentes só
1515 pra eu entender? Teria que constar ali não? ... Pois é. Eu fiquei com essa dúvida...
1516 RODRIGO – CRESS: Gente, só lembrando que o plenário do CEAS e as comissões elas
1517 são abertas pra população, qualquer um que quiser participar pode participar como
1518 ouvinte. Agora acredito que se a Consolidação achar oportuno convidá-las pra compor a
1519 comissão vai decidir ou se eles quiserem vir como participantes a plenária é aberta. AS
1520 comissões são abertas. Não sei se tem que compor aqui não. ELERSON – Cáritas: Nós
1521 tínhamos discutido a possibilidade de acrescentar o CRESS também nessa
1522 comissão. RODRIGO – CRESS: A gente discutiu, porque o que acontece? Na hora que
1523 falou aqui, essas entidades já estão representadas aqui. Havendo necessidade de um
1524 outro diretor, numa possibilidade de eu não poder estar e tiver que falar com o CRESS
1525 eu mesmo aciono ele e outro diretor vem tá? Mais alguém? Então é só parágrafo
1526 mesmo. Vamos lá.. Ótimo, eu acho que está simples, objetivo, eu acho que é isso.
1527 (Vozes de fundo – Inaudível) Então em discussão tem alguma outra questão com relação
1528 a essa resolução, podemos colocar em votação, então que aprova a 616/2018 CEAS?
1529 Unanimidade? Unanimidade. Próximo ponto de pauta então seria como nós vamos
1530 representar para o MP. Artravés de que instrumento... SIMONE - SEDESE: Eu penso o
1531 seguinte: esta tem que ser a primeira tarefa da comissão. Como que a gente vai discutir
1532 isso aqui agora? Eu não sei os caminhos... Eu acho que a comissão pode e deve se
1533 reunir urgentemente e esse tem que ser o primeiro ponto de pauta dela. Como acionar o
1534 Ministério Público. Eu acho. LUANDA – Fórum Est. Trab. SUAS: A gente discutiu um
1535 pouco na reunião da sociedade civil, a questão de publicizar essas ações, né? A
1536 resolução vai estar publicizada, mas eu acho que junto com ela vamos precisar colocar
1537 uma nota explicativa, porque ela por si só não explica a situação que está colocada. A
1538 gente discutiu isso. a gente deveria ter colocado na pauta, que a gente faria uma nota
1539 mesmo, pra que isso fosse publicizado. RODRIGO – CRESS: Isso é uma outra questão.
1540 Eu não esqueci dessa questão não Luanda. Não foi esquecido não...Mas isso também a
1541 forma de fazer essa comunicação a comissão vai deliberar. E o resto da publicização do
1542 ato político que vamos fazer é aquela questão mesmo que a gente vai encaminhar com
1543 as nossas entidades ok? ELERSON – Cáritas: Concordo com a Simone, acho que é uma
1544 primeira atribuição da comissão. Uma sugestão que eu dou é que existe aqui no segundo
1545 andar uma sala do CAO, dos direitos humanos, inclusive em parceria da gente, com a
1546 CARITAS, uma ação que a gente tem, porque a comissão teria que saber em qual
1547 promotoria ela vai dar entrada que provavelmente o MP vai entrar com uma ação civil
1548 publica. Então aqui no segundo andar tem uma sala do Ministério Público que é
1549 administrada por nós, em parceria com eles, poderíamos agendar por exemplo uma
1550 reunião com a promotora Cláudia que cuida do CAO direitos humanos a comissão teria
1551 que ir lá explicar o que está acontecendo aí ela encaminharia pra uma promotoria
1552 específica. Ou então ir lá no prédio deles. SIMONE - SEDESE: Eu acho que agora, vamos
1553 ver aqui gente. Porque é o seguinte Elerson. Eu pensei o seguinte: nós vamos criar uma
1554 comissão excepcional dentro do conselho, nós criamos. Essa comissão ela é composta
1555 por conselheiros e por pessoas que nós acreditamos que vão nos ajudar a achar qual é o
1556 melhor MP. Se é o de direitos humanos. Qual a promotoria. Se a gente marca no direitos
1557 humanos, aí já vai... Pode ser que a gente defira o caminho que não é o mais adequado.
1558 Eu acho que a gente podia talvez ver aqui, aí eu concordo quem do Ministério Público a
1559 gente chama. Aí eu acho que a gente deveria pensar porque, tem vários. Qual que a
1560 Consolidação chamou pra acompanhar a eleição do conselho? Deve ser o mesmo né? Pode
1561 chamar qualquer promotor? O da infância acompanha eleição de conselho? Tô
1562 perguntando por ignorância, tá gente? (Vozes de fundo – inaudível) Ou a gente deixa
1563 isso pra comissão discutir e lá vai ter MP pra ajudar OAB pra ajudar. Ou então nós
1564 vamos ficar aqui. RODRIGO – CRESS: Então a comissão foi aprovada. A gente podia tirar
1565 um calendário pra essa comissão reunir. Cris, Mácio (risos) pra resolver isso sair daqui
1566 com uma data fixa, que os conselheiros que quiserem acompanhar o processo... Alguma
1567 sugestão de data? Terça feira, quarta-feira da semana que vem? SIMONE – SEDESE: Eu
1568 acho que tem que ser rápido. Tem que fazer os convites chegar até as instituições e

1569 deles responderem. (vozes de fundo – inaudível) GABRIELA – SEPLAG: Eu acho que dez
1570 dias úteis é tempo hábil pra gente elaborar o convite e organizar e colocar os pontos que
1571 a gente acha necessário pra discutir nessa reunião. Porque não basta só agendar a
1572 reunião com essas pessoas e a gente chegar lá e discutir o que a gente quer. Eu acho
1573 que a gente precisa marcar uma reunião pra gente organizar nossas ideias e ir pra
1574 reunião com esses entes já com todas as ansiedades e com as coisas da forma que a
1575 gente quer elas caminhem. RODRIGO – CRESS: Bem, dez dias que eu contei aqui daria
1576 em, até o dia 12. Aí são duas questões. CRISTIANE - SACRAMENTINOS: Eu acho que na
1577 próxima semana a comissão poderia se reunir. Então assim hoje é dia 23 nós nos
1578 reuniríamos na quarta feira, dias 28 aí nessa reunião nós elaborariamos o convite,
1579 encaminharia pra eles, e aí a gente teria um prazo pra eles de mais 10 dias pra que eles
1580 consigam responder e aí a gente começaria a tomar as providencias cabíveis dessa
1581 reunião. RODRIGO – CRESS: Eu acho que você falou perfeito. Era isso que eu ia propor
1582 que a comissão reúna então, elabora convites talvez até a pauta etc., pra organizar.
1583 (Vozes de fundo – inaudível)... Eu acho que nesse princípio com a mesa diretora.
1584 CRISTIANE - SACRAMENTINOS: Eu tô entendendo essa questão da comissão se reunir,
1585 aí só pra eu entender um pouco. Porque a partir de toda a discussão que nós tivemos
1586 aqui eu compreendo que a pauta já está pronta. (Vozes de fundo – inaudível)...
1587 RODRIGO – CRESS: A pauta da comissão, pegar toda a argumentação que a Consolação
1588 já vez, pegar todo o processo, o MP a OAB vai quero ver todo o processo instituído, toda
1589 a tramitação, vão querer saber como foi a eleição lá no CEAS. Vão querer pegar a
1590 documentação da conferencia, vão querer pegar isso tudo. Então é isso Cris. Então que
1591 dia, que horas? Dia de manhã 28, 9 horas. Aqui na sala do CEAS. No quarto andar tá?
1592 SIMONE – SEDESE: Eu vou justificar nossa ausência de uma vez a minha e do Gilberto,
1593 porque a gente tem COGEMAS de manhã e CIB à tarde. (Vozes de fundo – inaudível)...
1594 RODRIGO – CRESS: Então eu acho que é isso, nada havendo mais a tratar não é
1595 isso? ISAC - Fed. Com. Quilombolas: Rodrigo eu acho que não vê tratada a questão de
1596 divulgar junto com a frente mineira e a defesa do Suas e as outras coisas que a gente
1597 tinha decidido na reunião também. Ou já passou? RODRIGO – CRESS: A comissão vai
1598 discutir Isac. E aí é o que eu falei de toda publicização do ato e de tudo que está
1599 acontecendo né? E aí existe uma questão: que as nossas entidades que vão fazer a carta
1600 existe a questão de publicização por parte do próprio colegiado, próprio CEAS que a
1601 comissão vai deliberar a gente tá atribuindo a ela este poder, junto com a mesa diretora
1602 que vai estar lá justamente pra ver a melhor forma, mais transparente e democrática
1603 possível de publicizar isso. O Senhor João está me interpelando aqui gente, com relação
1604 a reunião extraordinária que era uma proposta de pauta. Diante das colocações eu
1605 entendi que ficou claro que não dá pra realizar essa reunião no dia 9 de março. Como já
1606 tem marcada uma plenária ordinária (Vozes de fundo – inaudível)...para dia 15 e 16 eu
1607 acho que não há... Dia 9 não tem necessidade. CRISTIANE –
1608 SACRAMENTINOS: Considerando todas as considerações e as datas, e considerando a
1609 resolução nova aqui, a primeira do ano, e as datas, porque já estão pensando na
1610 plenária no dia 15 e 16 a gente ainda não vai ter conseguido encaminhar muita coisa. Eu
1611 acho que essa plenária vai ter que ser adiada mais pro final do mês de março. Porque se
1612 a gente tá considerando aqui que a gente tem que dar pelo menos 10 dias uteis pra
1613 esses órgãos, pode ser que nos dias 15 e 16 pode ser que a gente não esteja
1614 conversando com eles. RODRIGO - CRESS: Marta lembrou aqui, que a gente não votou o
1615 calendário. Eu acho que o calendário todo mundo já recebeuninguém contestou, acho
1616 que se a gente quiser até referendar ele agora, a gente aprova ele agora já altera
1617 inclusive a data dessa de março então. Há possibilidade Consolação, Simone. SIMONE –
1618 SEDESE: A nossa sugestão é a seguinte, vamos manter nosso calendário, se preciso aí a
1619 presidência ampliada nós discutimos. Mas eu estou com clareza que nós vamos resolver
1620 esse negócio até lá. Vamos manter gente. Se precisar... Por que senão gente fica muito
1621 ruim, eu acho. RODRIGO - CRESS: Consolação o calendário tem que ser votado? Só
1622 validado? Então estamos todos consensuais do calendário né? Então ok. Aí eu acho que
1623 fica acatado... Se preciso através da presidência ampliada a gente manda um informe
1624 pra todos os conselheiros alterando esse prazo da reunião de março. Pode ser assim

1625 conselheiros? Eu gostaria antes de encerrar, fazer um relato que aconteceu na minha
 1626 família. Algumas coisas emocionam a gente na vida né? E eu tive uma experiencia muito
 1627 boa desse SUAS funcionando e isso me deixou muito orgulhoso de fazer parte desse
 1628 sistema. Eu precisei localizar uma pessoa da minha família, que estava em situação de
 1629 rua em São Paulo. E a primeira coisa que quando fiquei sabendo desse caso, se ele está
 1630 em situação de rua ele vai procurar algum serviço. Procurei no CAD ÚNICO, ele não
 1631 tinha cadastro. Procurei então, fui no CAD SUAS peguei os endereços dos centros pop do
 1632 CRAS de Mauá entrei em contato com todos, e deixei o telefone de contato falando que
 1633 ele tinha família, que a gente tá interessado em trazê-lo, etc. Aí eu fiquei muito feliz
 1634 quando a assistente social Simone deu retorno do Centro POP de São Paulo me deu
 1635 retorno falando que ele tinha aparecido no setor pela primeira vez, conferiu a
 1636 documentação que eu havia passado pra ela, querendo saber mais sobre isso. Aí o que
 1637 me emocionou, é que foi um equipamento que não tem nem internet, ela relatou a
 1638 situação e eu achei tão bacana que o que de mais importante que o SUAS tem é o
 1639 material humano que a gente tem. Então isso me deixou muito feliz de fazer parte desse
 1640 sistema, hoje ele já está com a família dele, amanhã eu vou conhecê-lo pela primeira
 1641 vez. Eu falei que precisava relatar isso aqui pra ficar registrado em ata, não só pela
 1642 minha experiencia de ver o SUAS que funciona, mas pela qualidade técnica que as
 1643 pessoas tem. Obrigado pela paciência de me ouvir e agradeço a todos. SIMONE -
 1644 SEDESE: Também quero aproveitar a gente está nesse dia intenso, mas mesmo assim
 1645 quero aproveitar e parabenizar nosso presidente. Eu acho que não tem pessoa melhor
 1646 pra conduzir esse processo, no momento em que nós estamos vivendo. Não só pela
 1647 pessoa, mas pela entidade que representa. O Conselho Regional de Serviço Social. Acho
 1648 que ele tem uma historia importante, na Assistência Social Brasileira e de Minas Gerais
 1649 junto com tantos outros trabalhadores, acho que é importante. Tenho certeza que esse
 1650 conselho vai sair muito mais fortalecido. Quero parabenizar sinceramente, a nós todos,
 1651 mas particularmente a maturidade, a forma de conduzir da sociedade civil. Foi um
 1652 debate muito importante. Eu acho que a nossa decisão foi assim, nós não abrimos mão
 1653 do conselho e não abrimos mão das formas de toda regulação e estrutura que nós
 1654 criamos. Pra mim foi uma experiência muito boa e se a gente começou assim, daqui a
 1655 dois anos nós vamos traçar grandes caminhos e de convivência e de possibilidade pra
 1656 política em Minas Gerais. Então Rodrigo quero te dizer que pra mim vai ser uma honra
 1657 enorme ser sua vice-presidente, viu? Parabéns. Aplausos. RODRIGO - CRESS: Então
 1658 gente nada havendo mais a tratar, encerramos a seção muito obrigado a todos, obrigado
 1659 sociedade civil pela confiança, espero não decepciona-los. Falem comigo abertamente
 1660 mesmo, me permitam crescer, eu quero muito estar aqui e aprender com todos. Simone
 1661 é uma honra estar do seu lado. Obrigado.

Nomes	Representatividade	Assinatura
Ana Cristina de Resene Dias	SEF	
Ariadna de Almeida Silva	FASEMIG	
Arlete Alves de Almeida	Mov. GRAAL	
Camila Rita da Silva	SEDA	
Cecília de Araujo Carvalho	Assoc. Quilomb. Porto Pontal	
Cristiane Isabel Felipe	Sacramentinos	
Damião Braz (Nome Social - Irajá)	Art. Povos e Org. Indigenas	

Débora Ackerman	SEDESE	
Elerson da Silva	Cáritas	
Fabricia Ferraz Mateus Lopes	SEAPA	
Felipe Serrano Milioreli	CMAS-Campo Belo	
Gabriela Nair Figueiredo	SEPLAG	
Gilberto Donizete Ribeiro	COGEMAS	
Helder Augusto Diniz Silva	CMAS-Pedro Leopoldo	
Isac dos Santos Lopes	Fed. Com. Quilombolas	
Ivone Pereira Costa Silva	COGEMAS	
João Alves Crisóstomo	CMAS-Pirapora	
Luanda do Carmo Queiroga	Fórum Est. Trab. SUAS	
Magda Lúcia Diniz e Silva Rocha	SES	
Márcio Caldeira	ASSPROM	
Maria da Conceição Silva	CMAS-Nova Lima	
Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas	CMAS-Leopoldina	
Marleide Marques Castro	Cons. Reg. Psicologia	
Marta Maria Castro Vieira da Silva	SEDESE	
Rodrigo Silveira e Souza	CRESS	
Simone Aparecida Albuquerque	SEDESE	
Soyla Rachel dos Santos Pereira	CMAS-Paracatu	